

O ARRENDAMENTO CAPITALISTA NA AGRICULTURA DE TRIGO-SOJA NO CENTRO-NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Aldomar A. Rückert*

SINOPSE

O presente artigo analisa o processo de incorporação da terra, como equivalente de capital - renda capitalizada da terra -, à agricultura de trigo-soja. Este processo, denominado de territorialização dos capitalistas da agricultura, é examinado desde o início do processo de arrendamento dos campos por capitalistas da agricultura aos tradicionais proprietários fundiários nos anos quarenta e cinquenta até o agravamento das condições e declínio do arrendamento nos anos oitenta, momento em que se consolida a nova figura social do capitalista proprietário fundiário.

Palavras-chave: agricultura, geografia econômica, economia regional.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados de pesquisa no âmbito da Geografia Econômica e Social. Ele trata de questões sócio-econômico-territoriais em Passo Fundo e municípios vizinhos, como Carazinho, Sarandi, Ronda Alta etc.1.

Nos municípios acima, a atenção da pesquisa centrou-se na produção capitalista de trigo-soja. Ela tratou, basicamente, do arrendamento de campos a partir de meados da década de 40 e de lotes coloniais e pequenas posses, a partir da década de 70, para a prática destas lavouras. De forma alternativa relativamente à maior parte da literatura que trata da produção de trigo-soja, que aborda, via de regra,

* Mestre em Geografia pela UNESP - Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, São Paulo. Professor do Departamento de Geografia da UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Ex. professor da Universidade de Passo Fundo.

¹ O artigo apresenta um aspecto da pesquisa "A Produção Capitalista do Espaço: Construção, Destruição e Reconstrução do Território no Planalto Riograndense", 1991. A passagem "O Arrendamento Capitalista da Terra", aqui apresentada com modificações, faz parte do cap. II - A Territorialização dos Capitalistas e a Destruição do Território Camponês. A pesquisa foi realizada na Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro, e na Universidade de Passo Fundo, entre 1987 e 1991. O autor agradece a Beatriz Maria Soares Pontes e a Ariovaldo de Oliveira que acompanharam as diversas etapas da pesquisa.

questões técnicas como produtividade, área plantada, tendências de mercado etc., procurou-se nesta pesquisa trabalhar aspectos até então pouco explorados, como é o caso do arrendamento na constituição destas lavouras.

Na origem da triticultura nos municípios de Passo Fundo, Carazinho, Sarandi, Ronda Alta etc, encontra-se uma característica que distingue esta área das diversas outras de agricultura capitalista no país. A regra no Brasil é que os empreendedores capitalistas na agricultura são, desde a origem da atividade, ao mesmo tempo, capitalistas e proprietários da terra. São exemplos a lavoura canavieira no Nordeste, a cafeicultura e a citricultura no Sudeste. Aqui, como na área do arroz no sul do estado do Rio Grande do Sul, na origem do empreendimento, o proprietário da terra (ou proprietário fundiário) é um personagem social e o capitalista empreendedor, outro. A partir das relações que se estabelecem entre os proprietários fundiários, os capitalistas e os assalariados é que se examina a gênese e as mudanças do arrendamento. Trata-se da investigação de uma das faces fundamentais da expansão do capitalismo na agricultura, no centro-norte do Rio Grande do Sul.

1.1 O problema de pesquisa

A temática geral da pesquisa diz respeito ao estudo da territorialidade das diferentes classes sociais, através do processo de transformação das formas fundiárias. A tônica da análise está centrada nas relações entre as distintas classes sociais e estas, por sua vez, com a estrutura fundiária no contexto da transformações do capitalismo. Contempla-se as relações contraditórias de produção e como essas concretizam-se na apropriação da terra agrícola, caracterizando a territorialização das contradições do modo capitalista de produção.

Ao final do século XIX, a economia, comandada pelos proprietários fundiários, pecuaristas, nos campos, passa por alterações com a entrada de imigrantes estrangeiros nas terras de mato, compondo-se um novo quadro social e econômico. Nas primeiras duas ou três décadas do século XX, encontra-se consolidada a presença, no centro-norte, de grupos sociais distintos, com interesses igualmente distintos, bem como a propriedade privada e uma agricultura camponesa, não-capitalista, de caráter familiar.

Encontram-se presentes, desta forma, no centro norte, o proprietário fundiário, administrando uma pecuária decadente; camponeses caboclos não proprietários, trabalhando nessas fazendas, sob relações de trabalho não capitalistas; camponeses colonos pequenos proprietários, exercendo uma policultura alimentar com base no

trabalho familiar, visando ao mercado e à sua reprodução simples. Junto à agricultura de trabalho familiar, o trigo torna-se de interesse do Estado Nacional. Este interesse é consubstanciado no sentido de reduzirem-se as importações, bem como de articular sua produção à indústria moageira, localizada na região e extra-região, principalmente nas capitais dos centro-sul do país.

No centro-norte do Rio Grande do Sul, nas primeiras duas ou três décadas, além da existência dos grupos sociais acima aludidos, de relações de trabalho não capitalistas, de uma relativa consolidação da propriedade privada, há também uma mercadoria - o trigo - de interesse do Estado. No centro-norte, desenvolve-se uma crescente especulação de "negócios alvissareiros" em torno da agricultura. Isto torna-se paulatinamente expresso a partir das primeiras diretrizes governamentais da "Revolução de 30", principalmente após 1937, que visam a estimular a produção de trigo para atender a um crescente mercado urbano consumidor.

Entre as décadas de 40 e 60, principalmente nesta última, é que se pode perceber, com maior nitidez, os avanços das políticas agrícolas governamentais, por um lado, e os avanços e recuos dos grupos sociais locais, de outro, no que diz respeito à execução dos projetos específicos de cada grupo social no contexto das transformações do capitalismo na agricultura.

O centro-norte, a partir dos anos 40, principalmente na década de 50, de relativamente isolado e distante dos mercados consumidores em nível nacional, passa a ser articulado aos interesses destes mercados e do Estado Nacional. Este, no desempenho de representação dos diversos interesses no cenário nacional, principalmente da burguesia industrial emergente, passa progressivamente a beneficiar os grandes moinhos de farinha de trigo, instalados no país. O Estado visa, também, a garantir pão barato às mesas de classe média e do proletariado num Brasil que progressivamente se industrializa e se urbaniza.

Ao mesmo tempo em que o Estado beneficia os grandes moinhos nos grandes centros urbanos, nos campos do centro-norte do estado, as políticas agrícolas proporcionam o surgimento de uma nova figura no cenário social: o capitalista, empresário rural, localmente denominado de "granjeiro", via de regra descendente de camponeses colonos. Esse descendente, ao contrário de seus antecessores, é mais urbano, tramitando com negócios e com financiamentos bancários, tendo, em geral, já desenvolvido, anteriormente, atividades ligadas à pequena indústria de origem rural.

O processo de articulação da área em foco ao mercado nacional, internacional e ao ritmo do capitalismo monopolista prossegue mais vigorosamente no período de

1967 em diante. No centro-norte, a transformação do capitalismo conduz, assim, nas três últimas décadas, mais rapidamente ao aguçamento das contradições econômicas e políticas. Estas podem, genericamente, ser percebidas, ao nível da prática produtiva das principais categorias e classes sociais presentes.

O arrendamento é uma das condições que levam os capitalistas da agricultura ao processo de territorialização. Há várias outras condições, tanto de ordem interna como de ordem externa que devem ser consideradas para a ocorrência do arrendamento e da territorialização dos capitalistas da agricultura. As de ordem interna aos processos sociais são: a origem social dos capitalistas como classe; as origens das relações contraditórias de produção desta classe com as diversas outras classes; a disponibilidade da terra e de mão-de-obra para assalariar bem como o arrendamento capitalista da terra. As condições de ordem externa são as políticas públicas para a agricultura de trigo-soja, o papel do crédito e da tecnologia, os mercados nacionais e internacionais, a relação agricultura-indústria etc. Aqui analisa-se uma das condições que levam ao processo de territorialização dos capitalistas da agricultura, qual seja a condição interna às diferentes classes sociais, que é o arrendamento.

1.2 Inserção do problema de pesquisa numa periodização

A periodização que se adota nesta investigação advém, principalmente, dos processos concretos, internos às relações sociais e as relações de apropriação da base fundiária, principalmente históricos, e à área de pesquisa.

Ao mesmo tempo em que se privilegiam os marcos históricos locais, levam-se em consideração movimento geral do capitalismo e as ações do Estado no país. Esses últimos, mais gerais, se não dão conta de toda a extensão dos processos locais, estão, em última análise, relacionados aos primeiros.

I - 1931 / 1946 - período de início da crise da terra camponesa e da consolidação da figura do capitalista comerciante nos pequenos e médios núcleos urbanos. Início dos negócios entre proprietários fundiários tradicionais com capitalistas comerciantes, madeireiros e tricultores.

Este momento insere-se no conjunto da economia capitalista brasileira, aproximadamente no período compreendido entre 1935 - 1955. Esta primeira grande fase após 30 caracteriza-se pelo fato de a oligarquia agroexportadora deixar de ser a fração de classe no poder, alternando-se a composição de forças e as prioridades político-econômicas (SINGER, 1984: 216 - 24). A partir de 30, emerge o

Estado burguês, que, derrotando o Estado oligárquico, condena o liberalismo econômico e organiza o mercado brasileiro. O Estado passa a centrar sua atenção, entre 1935 - 1946, no nacional-capitalismo, como forma de superar a dependência estrutural da economia brasileira (IANNI. 1971: 13 - 71).

II - 1946 / 1967 período do início da agricultura capitalista, com ocorrência do arrendamento de terras de campo e da emergência dos capitalistas da agricultura, no início do capitalismo monopolista no país.

Este segundo momento insere-se, aproximadamente, no período entre 1956 - 1967, caracterizado ao nível do capitalismo em escala nacional, pela expansão do capital monopolista transnacional e estatal (SINGER, 1984: 225 - 30) e pela implantação de um bloco de investimentos-industrialização pesada. Há momentos importantes no período: a expansão capitalista entre 1956 - 1961, apoiada no Estado e no novo capital estrangeiro, e a depressão, entre 1962 - 66, com a queda da taxa de investimentos. Os anos 1965 - 67 correspondem ao final da crise econômica do início dos anos 60, quando o aumento, em todos os tamanhos de propriedade rural, é praticamente generalizado no país. O crescimento das grandes propriedades é, porém, ligeiramente maior do que o das pequenas (SILVA, 1982: 134 - 55).

III - 1967 - 199.... - período da consolidação dos capitalistas da agricultura no contexto da consolidação das transformações estruturais e da inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho(SINGER, 1984: 230 - 45).

Este período é um novo ciclo de expansão-retração da crise brasileira. Em 1967, dá-se o início da fase de recuperação da crise que domina nos primeiros anos da década de 60. Os anos 80 são a fase depressiva que se segue à aceleração da segunda metade dos anos 70, depois do auge 1970 - 73 (SILVA, 1982: 45). Entre as novas mercadorias agrícolas passam a destacar-se a soja e a laranja, como geradoras de divisas para o pagamento da dívida externa. Com isso tornam-se ainda mais complexas as relações de produção, e os sistemas produtivos. A agricultura é, definitivamente, sujeita ao capital industrial e financeiro.

1.3 Fundamentação teórica e definição de conceitos

Esta pesquisa acerca do arrendamento segue, basicamente, os referenciais teóricos que trabalham com conceitos e categorias com enfoques relativamente recentes em Geografia. Estes vêm merecendo pesquisas em várias frentes. Os conceitos, que aqui são empregados, derivam, basicamente, das categorias formação territorial / território e renda de terra.

Pode-se entender por formação territorial o conjunto do espaço brasileiro apropriado pelo Estado e pelas diferentes classes sociais, em condições diversas, e pelo capital. O território seria, assim, ao mesmo tempo que "chão / terra - matéria", lugar da atuação das diferentes classes sociais e do Estado que opera no sentido de respaldar a produção e reprodução do capital. A organização do território, por sua vez, está ligada ao fenômeno da renda da terra, que desempenha um papel fundamental em sua configuração (CALABI & INDOVINA, 1973).

A renda da terra, por sua vez, é uma categoria muito importante na Economia Política, para a compreensão da realidade do campo e da cidade, pois, em ambas, a terra é um componente muito importante. Toda porção de terra dá, a quem dela privadamente se apropria, um "direito" ou um monopólio de obter um ganho permanente quer seja vendendo, alugando, ou mesmo, deixando-a improdutiva.

"A renda da terra, sob o modo capitalista de produção, é sempre sobra acima do valor das mercadorias, ou seja, lucro extraordinário permanente (acima do lucro médio) que todo capitalista que explora a terra através de relações de trabalho assalariado, embolsa. (...) a renda de terra pré-capitalista que nasce na produção, tem sua origem na distribuição da mais-valia, onde a condição de proprietário da terra lhe garante o direito de receber a renda assim como o capitalista recebe o lucro médio " (OLIVEIRA, 1986: 77).

Está se tratando aqui, portanto, da renda e do arrendamento capitalista da terra. Quando se referem estes conceitos no texto, está-se tratando, sempre, de renda e arrendamento capitalista da terra. Já a renda pré-capitalista tem sua origem na produção camponesa. Caracteriza-se por ser diretamente produto excedente do trabalho do pequeno produtor agrícola. Denomina-se de renda pré-capitalista pelo fato de que sua origem remonta ao período anterior ao capitalismo, fora do Brasil. Atualmente elas devem ser entendidas dentro da lógica contraditória do capital que mantém as formas camponesas da renda pré-capitalista da terra.

Outro conceito muito importante é o de renda capitalizada da terra, uma vez que a terra, mesmo não sendo uma mercadoria produzida, oferece ganhos a quem dela se apropria.

"Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, conseqüentemente com a consolidação do regime da propriedade privada da terra e da produção de mercadorias na agricultura, a terra, o solo, também foram transformados em mercadorias. Entretanto, deve-se salientar que se trata de uma mercadoria especial, uma mercadoria que, ao contrário das demais, não constitui um produto do trabalho humano, não tem valor como as demais mercadorias (que são produtos do trabalho humano).

(...)

Assim, a terra não gera lucro, como faz o capital, mas sim renda. Sob o modo capitalista de produção o preço da terra é, portanto, renda capitalizada e não capital. Quando, pois, os capitalistas compram a terra, estão convertendo o seu capital dinheiro em renda capitalizada, renda antecipada, ou seja, estão adquirindo o direito de extrair renda, mesmo naqueles lugares onde aparentemente ela pode não existir" (OLIVEIRA, 1986: 83).

Assim, a compra da terra pelos capitalistas da agricultura, seja para cultivá-la, vendê-la ou deixá-la improdutiva, dá-lhes o monopólio de extrair da mesma a renda capitalizada da terra, i.é, ganhos antecipados. A incorporação da terra ao processo de produção capitalista é, assim, um processo de incorporação de terra como equivalente de capital. Este processo de incorporação de renda capitalizada é denominada de territorialização dos capitalistas da agricultura.

A territorialização significa, portanto, que os empreendedores da agricultura capitalista estendem seu poder econômico sobre terras agrícolas que antes não lhes pertenciam. Com isto eles obtêm o monopólio de extrair renda do conjunto da sociedade. Esta paga-lhes, através do preço final das mercadorias agrícolas, a renda da terra embutida no preço final das mercadorias. É este um dos sentidos do chamado ganho extraordinário permanente. Assim, o capitalista da agricultura, na condição de capitalista proprietário fundiário, passa a receber, além do lucro médio por suas mercadorias, também a renda da terra, uma vez que eles passam a territorializar-se.

O arrendamento é um dos componentes essenciais no processo de expansão e consolidação do capitalismo no campo e suas manifestações, nas terras do centro-norte do Rio Grande do Sul. Nessas, o arrendamento é a externalização das relações que se dão entre proprietários fundiários, os capitalistas que investem na agricultura e os trabalhadores rurais. Há aí, pois, o envolvimento de classes distintas. No Brasil, conforme afirmado anteriormente, via de regra, proprietário fundiário e capitalista são a mesma pessoa. A partir da segunda metade do século 40, encontram-se, na área de pesquisa, os proprietários fundiários tradicionais e os capitalistas emergentes em fase de início de negócios, com interesse girando em torno da renda da terra e do lucro, respectivamente.

A propriedade fundiária, tal como surge na sociedade moderna, encontra-se na base da economia para que o capitalista possa ampliar seus investimentos. A propriedade fundiária e seu valor econômico (isto é, a valorização desse monopólio na base da produção) só aparece, no mundo moderno, com desenvolvimento da

produção capitalista. Para Marx, " o arrendatário produz trigo etc, como o fabricante produz fios ou máquinas. A suposição de o modo capitalista de produção se ter apoderado da agricultura implica que ele domina todas as esferas da produção e da sociedade burguesa que, portanto, tem, em toda a plenitude, as condições do sistema, tais como a livre concorrência dos capitais, possibilidade de transferi-los de um ramo para outro, taxa igual de lucro médio, etc (MARX. 1985: 705).

O arrendatário, ao precisar pagar uma renda para se apropriar de terra, faz com que essa se transforme numa mercadoria. A terra emerge assim como um obstáculo ao capital, criando-se uma contradição que antepõe a terra ao mesmo. O empreendedor, ao pagar pela utilização da terra, converte uma parte de seu capital em renda; imobiliza improdutivamente essa parte do capital, porque esse é o preço para remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa no capitalismo para a reprodução do capital na agricultura. Isso é entendido como uma irracionalidade para o capital. É por isso que ele precisa removê-la. As contradições entre a terra e o capital levam à separação de um e de outro, expressando-se em classes sociais distintas: proprietários de terras e capitalistas (MARTINS, 1979: 29p).

Assim, o fenômeno do arrendamento é estudado aqui sobre os referenciais da renda da terra na formação territorial brasileira. O território é o lugar, o chão desta formação..O uso e a apropriação deste chão, sob a forma de arrendamento capitalista na agricultura de trigo-soja, na área de pesquisa, emerge como uma das formas mais importantes na expansão e consolidação do capitalismo no campo. A convivência contraditória de classes sociais distintas, dos proprietários de terras, do capitalista e do trabalhador rural traz a renda da terra para o centro desse processo no centro-norte riograndense.

1.4 A escolha da área de pesquisa

O arrendamento foi examinado no centro-norte do Rio Grande do Sul, na área de pesquisa demonstrada na fig.1. A escolha desta área deu-se a partir de um "recorte" histórico, pois a mesma equivale a uma parte do antigo município de Passo Fundo, entre 1918 e 1931.

A área original do município de Passo Fundo, criado em 1857 com 24.802Km², apresenta em 1918 uma área superficial significativamente reduzida já que, até então, haviam ocorrido importantes desanexações municipais. Essas foram as de Soledade ao sul, em 1875; parte da "Colônia Guaporé", em 1903, bem como a de sua ex-colônia Erechim, com uma importante economia de camponeses pequenos

proprietários, em 1918. Passo Fundo, entre 1918 / 1931, conta com uma área de 8.638 Km²., "dos quais 4.290 em antigas florestas, já amplamente colonizadas, e o restante em campos" (XAVIER, 1957: 7).

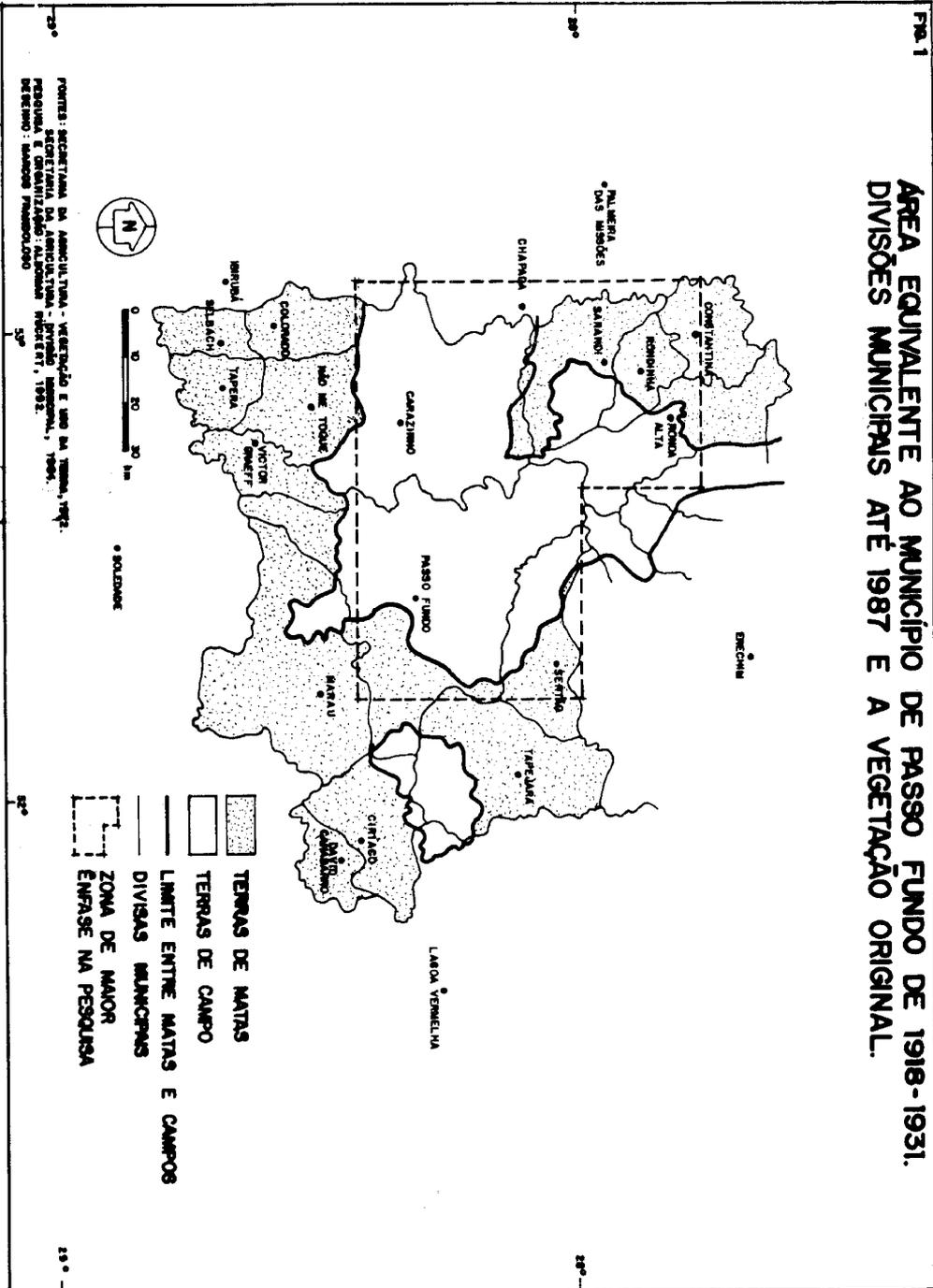
Em 1987, os municípios considerados foram Carazinho, Ciríaco, Colorado, Constantina, David Canabarro, Marau, Não-Me_Toque, Passo Fundo, Ronda Alta, Rondinha, Sarandi, Selbach, Sertão, Tapejara, Tapera e Victor Graeff, conforme demonstra a figura 1.

O exame do arrendamento capitalista foi realizado em documentos nos Cartórios de Registros de Imóveis de Passo Fundo, Carazinho e Sarandi, entre 1987 e 1988. O objetivo maior da pesquisa documental foi, inicialmente, o de verificar os arrendamentos de terras de campo para a formação das lavouras de trigo-soja e as possíveis compras posteriores destas ou de outras frações de terras, próximas ou distantes, pelos empreendedores capitalistas. Os contratos de arrendamentos e cartas de anuência dos proprietários fundiários ao Banco do Brasil foram examinados principalmente no período de 1950 a 1985, nos três Cartórios. Os materiais foram organizados numa série quinqüenal no período, havendo-se aplicado um instrumento de coleta, por amostragem, em 616 documentos em Passo Fundo, 507 em Carazinho e 182 em Sarandi. Totalizou-se uma amostra de 1.305 documentos examinados.

Na área de pesquisa delimitou-se uma zona de predominância da produção capitalista na agricultura e de conflitos pelo acesso à terra de trabalho familiar. Entende-se por zona de produção capitalista e de conflitos pelo acesso à terra os municípios que apresentaram características diferenciadas em relação ao conjunto que compõe a área de pesquisa. Examinou-se, para tanto, um conjunto de variáveis, no Censo Agropecuário de 1980, para todos os municípios que compõem a área de pesquisa, para identificar-se esta zona. A presença de conflitos pelo acesso à terra foi igualmente considerada.

As características, que diferenciam a zona de produção capitalista do conjunto da área de pesquisa, apontaram, conforme os graus mais significativos, os municípios de Passo Fundo, Carazinho e Sarandi como os mais representativos na composição do perfil desta zona. Estes municípios apontaram os indicadores mais significativos quanto a: 1) presença de relações capitalistas de produção (assalariamento); 2) superfície utilizada por sociedades anônimas; 3) despesas com salários e arrendamentos pagos em dinheiro; 4) investimentos em compras de terras; 5) investimentos em maquinários novos e 6) superfície apropriada por proprietários que residem nas cidades, via de regra capitalistas.

FIG. 1
ÁREA EQUIVALENTE AO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO DE 1918-1931.
DIVISÕES MUNICIPAIS ATÉ 1987 E A VEGETAÇÃO ORIGINAL.



Deve-se ressaltar que o arrendamento capitalista é significativo também em Ronda Alta, onde a aquisição de terras é concomitantemente intensa, assim como em Sarandi e Passo Fundo. A aquisição de terras e maquinário agrícola novo revelou-se também intensa em Marau e Tapejara. Por outro lado, a indicação de características da produção não capitalista (trabalho familiar) é bastante evidente em municípios formados por "colônias" de camponeses pequenos proprietários como em Marau, Tapejara e Constantina. A parceria (relação de trabalho não capitalista) coexiste em municípios tanto basicamente formados por camponeses como em Tapejara, quanto em municípios onde é forte o assalariamento, como em Passo Fundo e Carazinho, contraditoriamente (ver fig 2);

1.5 Hipótese

Para a investigação da territorialização dos capitalistas da agricultura, quanto ao arrendamento, tomou-se a seguinte hipótese:

Os capitalistas da agricultura, de origem urbana, iniciaram os arrendamentos de terras de campo aos tradicionais proprietários fundiários na década de 40. O arrendamento a estes proprietários fundiários generalizou-se nas décadas de 50 e 60. Nas décadas de 70 e 80 declinaram os arrendamentos de terras de campo aos tradicionais proprietários fundiários, havendo os arrendamentos passado a ocorrer entre capitalistas e camponeses pequenos proprietários sobre frações de lotes coloniais e pequenas posses.

1.6 Método e técnicas de pesquisa

O método geral de investigação e de análise do processo de arrendamento está circunscrito à compreensão das transformações sócio-territoriais, enquanto resultados de processos históricos. O método, aparentemente empirista, não adota modelos indutivos nem dedutivos. Alternativamente, o método geral de análise movimenta-se do "concreto não pensado", das aparências iniciais para o "concreto pensado", isto é para o entendimento da lógica que explica estas aparências. O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social diz que cada fenômeno pode ser compreendido como um momento do todo; um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como um momento de um determinado todo (KOSIK, 1985).

A bibliografia de apoio, quanto ao arrendamento, é bastante escassa. Ela trata principalmente do arrendamento no Brasil (GUSMÃO, 1984) ou na área do arroz no

sul do estado (BESKOW, 1986). PEBAYLE (1971) e FRANTZ (1980) examinaram a área de pesquisa, reconhecendo o fenômeno do arrendamento na origem da triticultura capitalista. Os demais constituem estudos gerais sobre o trigo no Brasil, apontando para o tema em questão, como é o caso de FREITAS & DELFIM NETO (1960), e GRZYBOWSKY (1977) ;as relações agricultura-indústria no Brasil (OLIVEIRA, 1981) e custos de produção na agricultura (FECOTRIGO, 1988). A bibliografia teórica já é bastante fecunda no Brasil (MARX, 1985; MARTINS, 1979. OLIVEIRA, 1985 e 1986).

O exame do arrendamento foi realizado em documentos nos Cartórios de Registros de Imóveis de Passo Fundo, Carazinho e Sarandi, entre 1987 e 1988. O objetivo maior desta pesquisa documental foi, inicialmente, o de verificar os arrendamentos de terras de campo para a formação das lavouras de trigo-soja e as possíveis compras posteriores destas ou de outras frações de terras, próximas ou distantes, pelos empreendedores capitalistas. Os contratos de arrendamento e cartas de anuência dos proprietários fundiários ao Banco do Brasil foram examinados principalmente no período de 1950 a 1985, nos três cartórios. Os materiais foram organizados numa série quinquenal no período, havendo-se aplicado um instrumento de coleta, por amostragem, em 616 documentos em Passo Fundo, 507 em Carazinho e 182 em Sarandi. Totalizou-se uma amostra de 1.305 documentos examinados, num período de 10 meses de trabalho, entre os levantamentos e análise dos dados.

Em segundo lugar, utilizaram-se dados secundários para apoiar e mesmo balizar as tendências apontadas pelos dados primários. Utilizaram-se dados provenientes dos Censos Agropecuários de 1950 a 1980, do IBGE, bem como dos levantamentos sobre as safras nacionais de trigo de 1964/65 e 1970/71 (CCLEF) do Ministério da Agricultura. Os dados primários foram representados em tabelas de frequência quinquenal, bem como em cartogramas de figuras proporcionais (círculos e colunas), entre 1955 a 19709, para Passo Fundo, Carazinho, Sarandi e alguns municípios vizinhos.



2 OS ARRENDAMENTOS DOS CAMPOS PARA PECUARISTAS "INVERNADORES"

Entre as décadas de 30 e 50, a oligarquia agroexportadora deixa de ser a fração de classe no poder no país. Entretanto, nos campos serranos do Rio Grande do Sul, na década de 40, os proprietários fundiários oligarcas ainda exercem grande poder econômico e político. Seu poder advém da propriedade dos campos e das rendas auferidas da pecuária, pelo uso de suas terras. Proprietários fundiários oligarcas, como a família Guerra, na Fazenda Coqueiros (Carazinho); os uruguaios Caviglia, na Fazenda Arvoredo (atual município de Pontão) e os, também uruguaios, proprietários das "Estâncias Júlio Mailhos S.A." arrendam seus campos de invernadas, com dimensões de mais de 500 ha, a criadores de vários municípios vizinhos. A prática dessa oligarquia fundiária é, então, a de cobrar a incorporação de capital fixo à terra, além da própria renda da terra. Inúmeros contratos apontaram que benfeitorias que viessem a ser construídas não poderiam ser retiradas, o que concorre para a produção do capital destes fazendeiros.

Os cuidados dos proprietários fundiários oligarcas são, então, muito grandes em precaver-se contra a abertura de posses por camponeses caboclos em suas fazendas, limitando o número, ou, simplesmente, proibindo a manutenção de camponeses agregados nas invernadas. Proíbe-se, também, a abertura de roças nos capões de matos e a extração da erva-mate. Além disso, esses fazendeiros explicitam, contratualmente, suas intenções de comercializar as madeiras de pinheiros com as serrarias e de colonizar as matas das áreas arrendadas. Por esta razão, supõe-se que se preveniram contra a presença de caboclos que não pudessem pagar a renda capitalizada da terra, pois estes dificilmente poderiam pagar por terras agrícolas.

Os arrendamentos à pecuária são uma evidência de que os proprietários de terras já exercem, tradicionalmente, o seu poder econômico sobre outros grupos de pecuaristas. Os arrendamentos, entre capitalistas e proprietários fundiários, passam a dar-se, a partir da segunda metade da década de 40, quando a triticultura, incentivada pelo Estado, torna-se um negócio atraente para os capitalistas emergentes.

3 O INÍCIO DAS RELAÇÕES ENTRE CAPITALISTAS DA AGRICULTURA E PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS TRADICIONAIS

O início das relações entre capitalistas e proprietários fundiários, a partir da segunda metade dos anos 40, dá-se com uma relativa intensidade. Na área de pesquisa, no início da década de 50, a condição legal das terras, segundo o número e área dos estabelecimentos, evidencia que a superfície dos mesmos, formados unicamente por terra arrendada, é de apenas 7,9%, em relação ao total da área de todos os tipos de estabelecimentos (ver tab. 1). Tal proporção, comparada à superfície das terras dos estabelecimentos próprios é, no entanto, ainda pequena.

Tabela 1 - Condição legal das terras área de pesquisa, segundo o número de estabelecimentos e área - 1950/1980

Anos	Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Próprias e arrendadas		Condição Mista			
	Estab. no.	Área (ha)	Estab. no.	Área (ha)	Estab. no.	Área (ha)	Estab. no.	Área (ha)	Próprias e ocupadas		Arrendadas e ocupadas	
									Estab. no.	Área (ha)	Estab. no.	Área (ha)
1950	13482	668374	1107	65396	3059	52531	285	30772	146	8764	7	142
1960	16522	670427	2715	81815	1914	28775	567	57250	232	8055	76	1116
1970	19116	638532	5656	123304	1846	40173	1499	82806	339	28561	58	1281
1980	17173	599056	3327	94239	1373	17867	2891	162923	467	17254	124	2034

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários, 1950, 1960, 1970 e 1980.

Em 1953, em levantamento efetuado por Henrique de Barros para a FAO, é constatada a presença de alguns fazendeiros proprietários cultivando trigo, além da presença dos capitalistas arrendatários na triticultura. "(...) as grandes lavouras ou são da iniciativa dos próprios proprietários que resolvem conjugar a sua atividade tradicional de criação pecuária, com um pouco de agricultura, a maior parte deles pela primeira vez na vida, ou são da iniciativa de agricultores improvisados, não proprietários e os mais deles sem a menor tradição agrícola, que se lembraram de arrendar terras na idéia de ganharem dinheiro plantando trigo". (BARROS apud FREITAS & DELFIM NETO, 1960: 44).

A incorporação das terras de campo à agricultura mecanizada dá-se, inicialmente, pelo arrendamento dessas aos novos empreendedores capitalistas que passam a perceber uma nova fonte de acumulação no plantio de trigo. Em Passo Fundo e Carazinho, sucedem-se os arrendamentos de campo para a triticultura, a partir de 1946. Em 1950, terras para o cultivo do cereal, bem como para o arroz,

encontram-se progressivamente já à venda. Arrendamentos e vendas evidenciam a crescente procura dessas terras para a triticultura no centro-norte, nos anos 50.

Em 1955, o arrendamento de terras, predominante nos campos, tem as maiores áreas cultivadas nos campos de Coxilha e Água Santa (então Passo Fundo), adjacências da cidade de Carazinho e na Fazenda Sarandi (Sarandi). As dimensões² arrendadas, na zona de produção capitalista, são predominantemente de frações médias e grandes. Em 1955, o arrendamento de frações pequenas é, ainda, incipiente. O processo de produção capitalista de trigo, inicia, assim, pela acumulação capitalista e pela manutenção ou enriquecimento, através do pagamento da renda capitalista da terra aos proprietários fundiários³. Os proprietários uruguaios, dos campos da Fazenda Sarandi e Arvoredo, bem como o proprietário da Fazenda Annoni, por exemplo, são alguns dos grandes auferidores da renda, paga pelos consumidores de trigo nacional, através de capitalistas arrendatários, sediados, principalmente, nas cidades de Passo Fundo e Carazinho (ver tab. n.º 2 e figs. 3 e 4).

Tabela 2 - Freqüência quinquenal de frações arrendadas (ha) em Passo Fundo, Carazinho e Sarandi, 1955

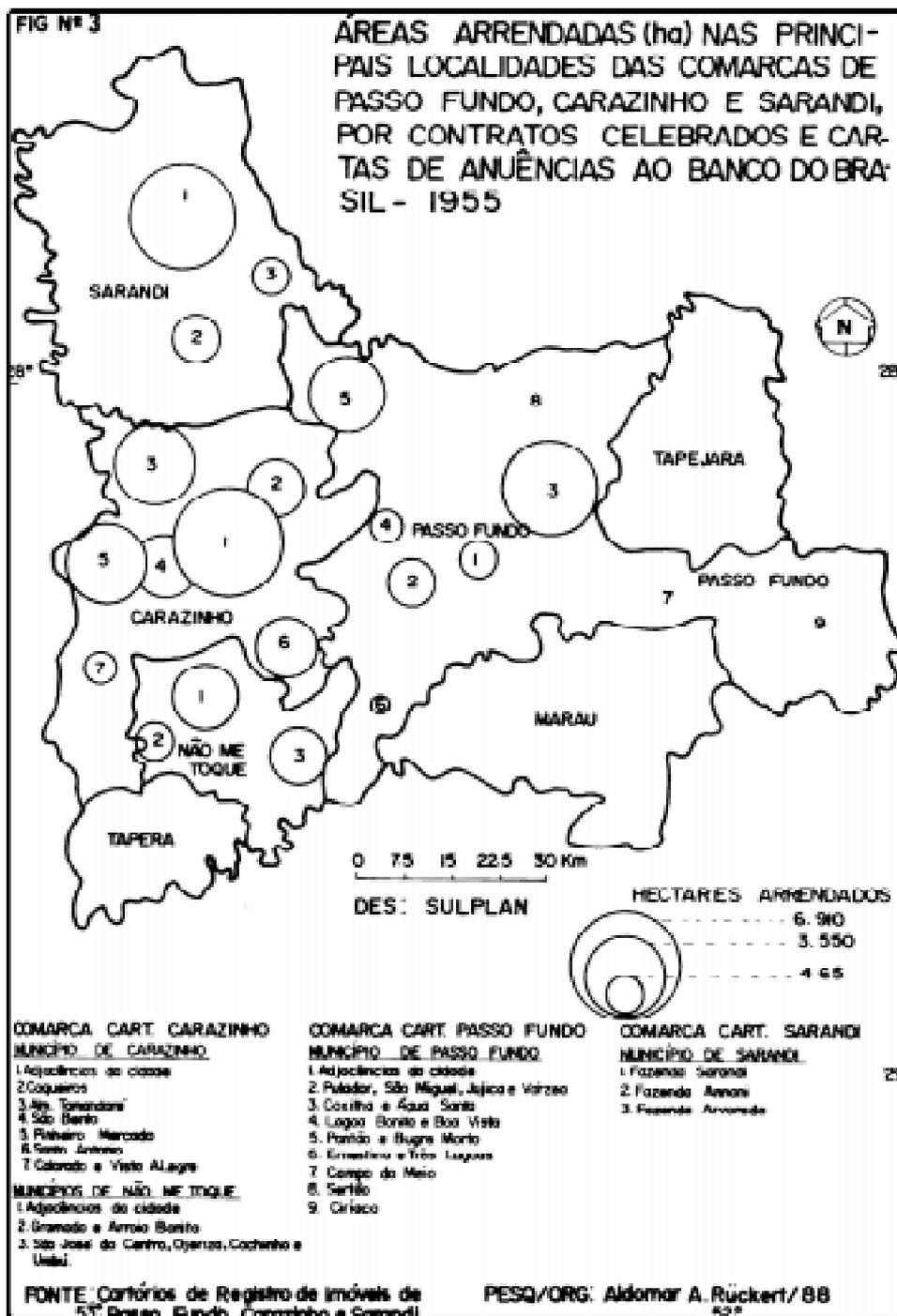
Dimensão da Fração	No. de ha			Total	
	Passo Fundo	Carazinho	Sarandi	no.	%
Pequena	129	383	68	580	1,90
Média	7.682	18.556	5.845	32.083	83,50
Grande	1.837	1.675	2.240	5.752	15,00
Total	9.648	20.614	8.153	38.415	100,00

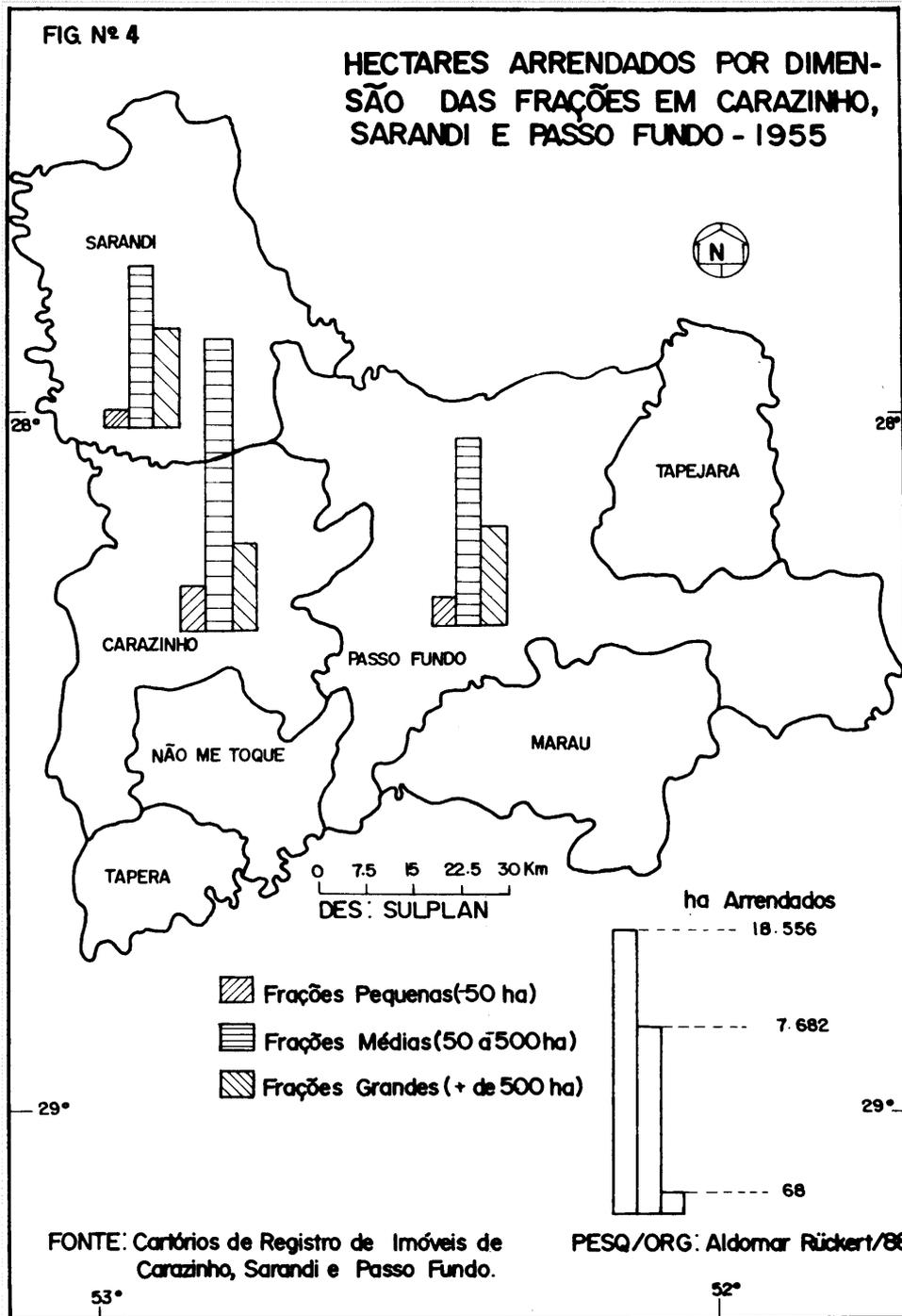
Fonte: Cartórios de Registros de Imóveis de Passo Fundo, Carazinho e Sarandi

A partir da segunda metade da década de 40 e, principalmente, da década de 50, emerge então, no bojo da triticultura nacional, apoiada pelo Estado, a acumulação dos capitalistas no campo, a manutenção e/ou enriquecimento dos

²As dimensões da área das frações de terras aqui empregadas correspondem às adotadas pelo INCRA. Frações pequenas: até 50 ha. Frações médias: de 50 até 500 ha. Frações grandes: mais de 500 ha.

³ Conforme consta em um contrato de arrendamento sobre 103 ha, no Passo da Cruz, município de Passo Fundo, 1970: "Os arrendadores solicitaram Cr\$ 24.000,00 por adiantamento, afim de pagamento de dívidas contraídas na 1ª safra. Nas safras posteriores será reservada a quantia de Cr\$ 2.000.000,00 por safra, destinado à manutenção dos arrendadores, e o restante será entregue aos arrendatários até integralizarem a importância adiantada. Uma vez compensada a importância paga por antecipação a percentagem será entregue de modo integral aos arrendadores."(Fonte: Cartório de Registro de Imóveis de Passo Fundo).





proprietários da terra que, monopolizando-a, obtêm renda, sem nada produzir. Entre ambos estão os assalariados rurais, como uma das características deste empreendimento. Os campos no centro-norte, originalmente a partir dos primeiros arrendamentos nos municípios de Passo Fundo e Carazinho, são as terras que passam a gerar renda, lucros e salários, expandindo-se e ampliando-se essas relações a partir da segunda metade da década de 50.

Com os arrendamentos, registram-se intensos fluxos de arrendatários, oriundos principalmente das cidades de Passo Fundo, Carazinho e Sarandi para explorar a triticultura nos campos das fazendas Sarandi, Annoni, Arvoredo, Bugre Morto etc... As áreas passam a ser arrendadas a vários criadores, capitalistas comerciantes, industrialistas, profissionais liberais etc... pelos uruguaios proprietários das "Estâncias Júlio Mailhos S/A" (Fazenda Sarandi, com autorização do IGRA, a partir de 1962-63, devido à desapropriação ocorrida para fins de reforma agrária), pelo proprietário Ernesto José Annoni, entre outros. A MACALI (Madeireira Carazinhense LTDA), com os quatro sócios empreendedores do ramo madeireiro, proprietários da então nascente "Granja MACALI" na Fazenda Sarandi, com 1.600 HA, começa a arrendar terras das "Estâncias Júlio Mailhos S/A", a partir de 1955⁴

4 A EXPANSÃO DOS EMPREENDIMENTOS DOS CAPITALISTAS ARRENDATÁRIOS

A partir dos anos 50, expande-se o capital monopolista transnacional e estatal; instalam-se indústrias de tratores e de consumo agrícola no País e expande-se o crédito agrícola, através da CREA do Banco do Brasil. Essas condições permitem, além da disponibilidade de terras de campo para alugar, a expansão dos empreendimentos dos capitalistas arrendatários, em que pesem momentos de dificuldades para a triticultura nacional na passagem da década de 50 para a de 60, como é o caso da "Crise do Trigo" de 1957, que se prolonga até meados da década de 60.

⁴ Conforme demonstra a ata nº 13 da Assembléia Geral Extraordinária, de 19 de março de 1955, da MACALI S/A, de Carazinho: "(...) o Sr. Presidente passou a palavra ao diretor Fernando Bratz, encarregado do novo setor tritícola, o qual informou que o único objetivo da presente reunião é conceder poderes especiais à Diretoria da firma para, em nome da mesma hipotecar, penhorar e alienar todos os bens imóveis, instalações, maquinarias, estoques e futuras colheitas, a fim de podermos contrair empréstimos agrícolas de penhor mercantil ou industrial, junto ao Banco do Brasil S/A, visto que temos necessidades de aproveitarmos essa vantagem que o referido banco oferece a todos os agricultores industriários, para fazermos frente a dispendiosa aplicação no setor agrícola. (Fonte: Cartório de Registro de Imóveis de Sarandi).

A expansão da triticultura e suas vantagens para os arrendatários, bem como para os proprietários fundiários é, então, amplamente propalada pelos setores agrícolas progressistas, vinculados à proposta do nacional-desenvolvimentismo através das frentes do petróleo e do aço e também da triticultura nacional.

A condição legal das terras em 1960, conforme, ainda, a tabela 1 segundo o número e área dos estabelecimentos na área de pesquisa, evidencia que a superfície onde ocorre o pagamento da renda da terra, em estabelecimentos formados unicamente por terra arrendada, equivale a 10,6% da superfície agrícola. Na safra 1964/65 (CCLEF, 1964/65: 04/20-151), os capitalistas arrendatários ocupam mais de 50% da superfície cultivada somente com trigo. Nessa safra, quase a metade do número total de lavouras de trigo é financiada pelo crédito estatal subsidiado. Em que pese ser a superfície cultivada pelos arrendatários, predominantemente de trigo, deve-se ressaltar que, em termos somente de número de lavouras, predomina o cultivo de trigo nas unidades familiares próprias.

A iniciativa dos camponeses em aderir aos incentivos do Estado para o plantio de trigo leva-os, posteriormente, com o advento do cultivo da soja, a rumos históricos distintos: à expropriação daqueles que se endividam; à mudança de região para continuar camponês no Centro Oeste; ou ao processo de enriquecimento, pela aquisição de mais terras no próprio estado do Rio Grande do Sul, diferenciado-se desse modo, do conjunto de camponeses, via de regra, pobres.

Na área de pesquisa, conforme a tabela 3, na primeira metade da década de 60, prepondera pois, em termos de área, a lavoura em terras arrendadas financiadas pelo Estado, contrapondo-se ao cultivo de trigo não financiado, em terras próprias. Nesse segundo segmento, predomina a terra camponesa.

Na primeira metade da década de 60, ocorre uma concomitância entre os arrendamentos em áreas médias e o uso do financiamento bancário estatal subsidiado nas mesmas (ver tabela nº 4). Na zona de produção capitalista (Passo Fundo, Carazinho e Sarandi), 83% da área cultivada com trigo, na safra 1964-65, é financiada, sendo que mais da metade dessa superfície é composta de terras arrendadas, de dimensões médias. Nos 17% restantes de lavouras não financiadas, pequenos proprietários e rendeiros cultivam trigo por conta própria. Em Passo Fundo, Carazinho e Sarandi, concentra-se quase a metade da área de trigo não financiada, cultivada pelos pequenos cultivadores, proprietários, rendeiros e parceiros, que convivem com os capitalistas e suas lavouras de dimensões mormente médias.

Tabela 3 - Superfície cultivada (ha), conforme a posse da terra e o uso de financiamento, no cultivo de trigo, na área de pesquisa, em 1964/65

Condição	Terra arrendada	Terra própria	Total
Superfície Financiada	21.726,5	16.916,7	38.740,2
Superfície não Financiada	2.368,6	5.320,7	7.689,1
Total	24.095,1	22.234,4	46.429,3

Fonte: Ministério da Agricultura. CCLEF. **Trigo Nacional**. 1964/65:04/20-151

Tabela 4 - Uso de financiamento conforme a posse da terra, número de lavouras financiadas e área média, no cultivo de trigo, na área de pesquisa em 1964/65

Condição	Área (ha)	Nº de lavouras	Área média (ha)
Terra Própria	16.913,7	568	29,7
Terra Arrendada	21.726,5	292	74,4
Total	38.740,2	860	---

Fonte: Ministério da Agricultura. CCLEF. **Trigo Nacional**. 1964/65:04/20-151.

Os arrendamentos de frações médias, conforme já visto, evidenciam-se predominantemente nas antigas fazendas de criar, nos campos de Passo Fundo, Carazinho, Sarandi e Ronda Alta. Os campos da Fazenda Sarandi e da Fazenda Annoni, entre outros como os do Arvoredo, Pontão, Bugre Morto e Coxilha, evidenciam as maiores procuras de terras para arrendamento capitalista, na primeira metade da década de 60. Os campos da Fazenda Sarandi, tanto antes como posteriormente à desapropriação em 1962-63, evidenciam constantes arrendamentos de áreas médias. Essa prática continua a ocorrer mesmo com o projeto de reforma agrária nos campos da fazenda, como mostra o total de 7.699 ha, contratados para arrendamento, somente no ano de 1970. Os arrendamentos em 1965 demonstram, contudo, uma retração nas superfícies arrendadas, haja vista a crise da triticultura entre o final da década de 50 e os anos 1965-66 (ver tabs. 5 e 6 e figs. 4 e 5).

As dimensões das frações arrendadas em 1960 e 1965 evidenciam que, além da predominância do uso e posse das dimensões médias, frações de dimensões pequenas começam também a ser arrendadas em municípios onde há forte presença dos empreendimentos capitalistas. No município de Passo Fundo, por exemplo, de 1955 a 1965, a tendência é de aumento do arrendamento de frações de camponeses. Essa tendência se consolida na década de 70, o que cria as condições para a expropriação da terra camponesa (ver figs 6 e 7).

Tabela 5 - Freqüência quinquenal de frações arrendadas (ha) em Passo Fundo, Carazinho e Sarandi, 1960

Dimensão da Fração	No. de ha			Total	
	Passo Fundo	Carazinho	Sarandi	no.	%
Pequena	464	38	-	502	1,00
Média	19.199	11.684	9.755	40.638	81,00
Grande	3.570	1.110	4.350	9.030	18,00
Total	23.233	12.832	14.105	50.170	100,00

Fonte: Cartórios de Registros de Imóveis de Passo Fundo, Carazinho e Sarandi

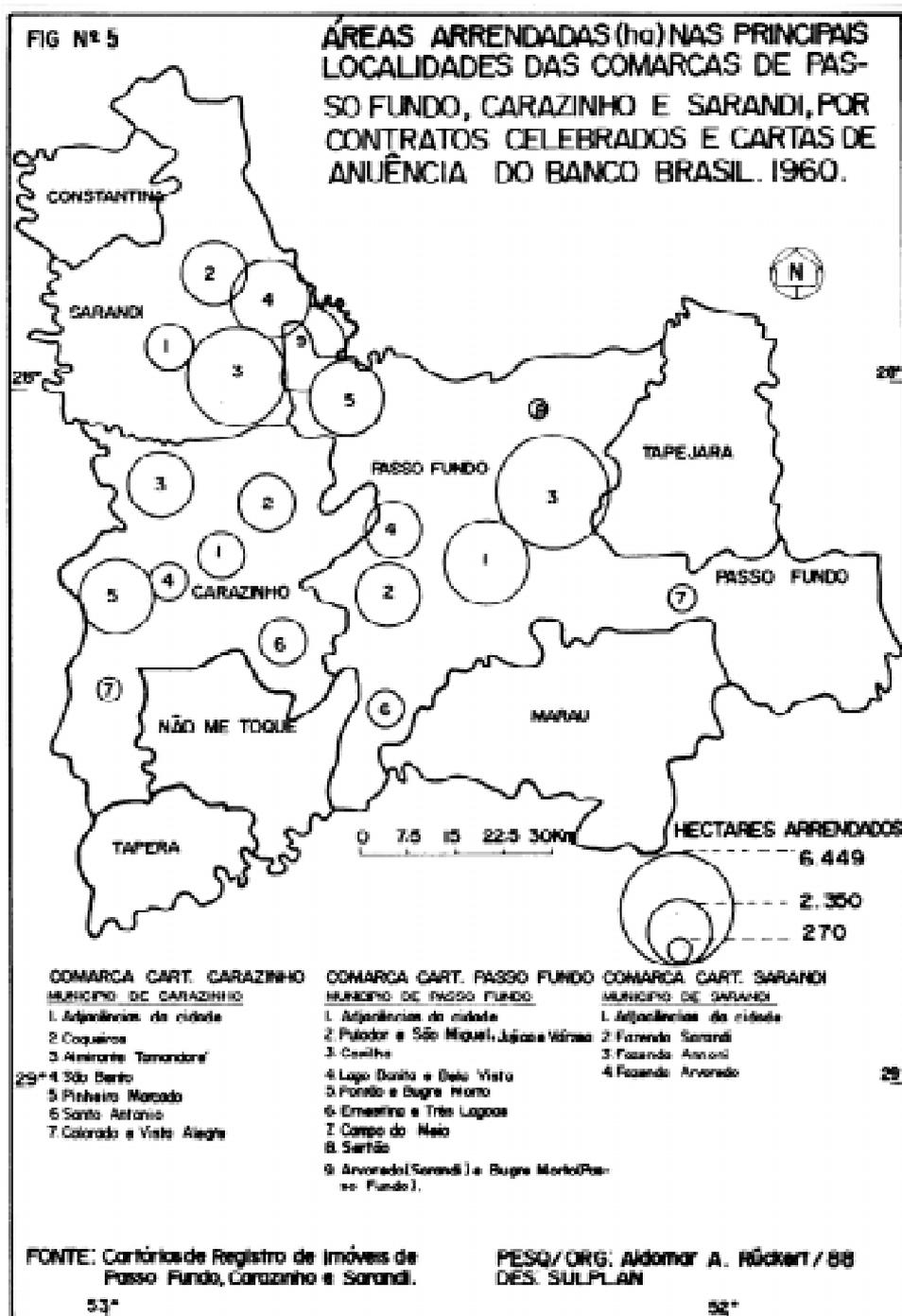
- Dados inexistentes na fonte.

Tabela 6 - Freqüência quinquenal de frações arrendadas (ha) em Passo Fundo, Carazinho e Sarandi, 1965

Dimensão da Fração	No. de ha			Total	
	Passo Fundo	Carazinho	Sarandi	no.	%
Pequena	664	194	249	1.107	3,64
Média	12.464	4.095	8.848	25.407	83,56
Grande	1.859	770	1.263	3.892	12,80
Total	14.987	5.099	10.360	30.406	100,00

Fonte: Cartórios de Registros de Imóveis de Passo Fundo, Carazinho e Sarandi

Em 1960, evidencia-se um aumento do fluxo de novos empreendedores arrendatários de Passo Fundo, que passam a pagar renda fundiária nos campos do Bugre Morto, Arvoredo e Annoni. Contraditoriamente, mesmo no período de crise da triticultura (1957-1966), os fluxos de 1965 demonstram um aumento significativo de arrendatários presentes nas fazendas de Sarandi e Ronda Alta. A "Granja Brilhante", empreendimento da chinês Liu Yen Sun, então residente em Passo Fundo, é um exemplo de expansão em período de crise. Esse empreendimento é formado, inicialmente, por várias glebas arrendadas em Marau e nos campos do Arvoredo (na porção então pertencente ao município de Passo Fundo), pelo menos desde o fim da década de 50. Logo em seguida, a "Granja Brilhante" é instalada em gleba de 1.450 ha, arrendada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, na Fazenda Sarandi, passando a pertencer ao arrendatário Ari Dionísio Dalmolin. Não por coincidência, esse arrendatário é eleito, mais tarde, para a presidência da FECOTRIGO.



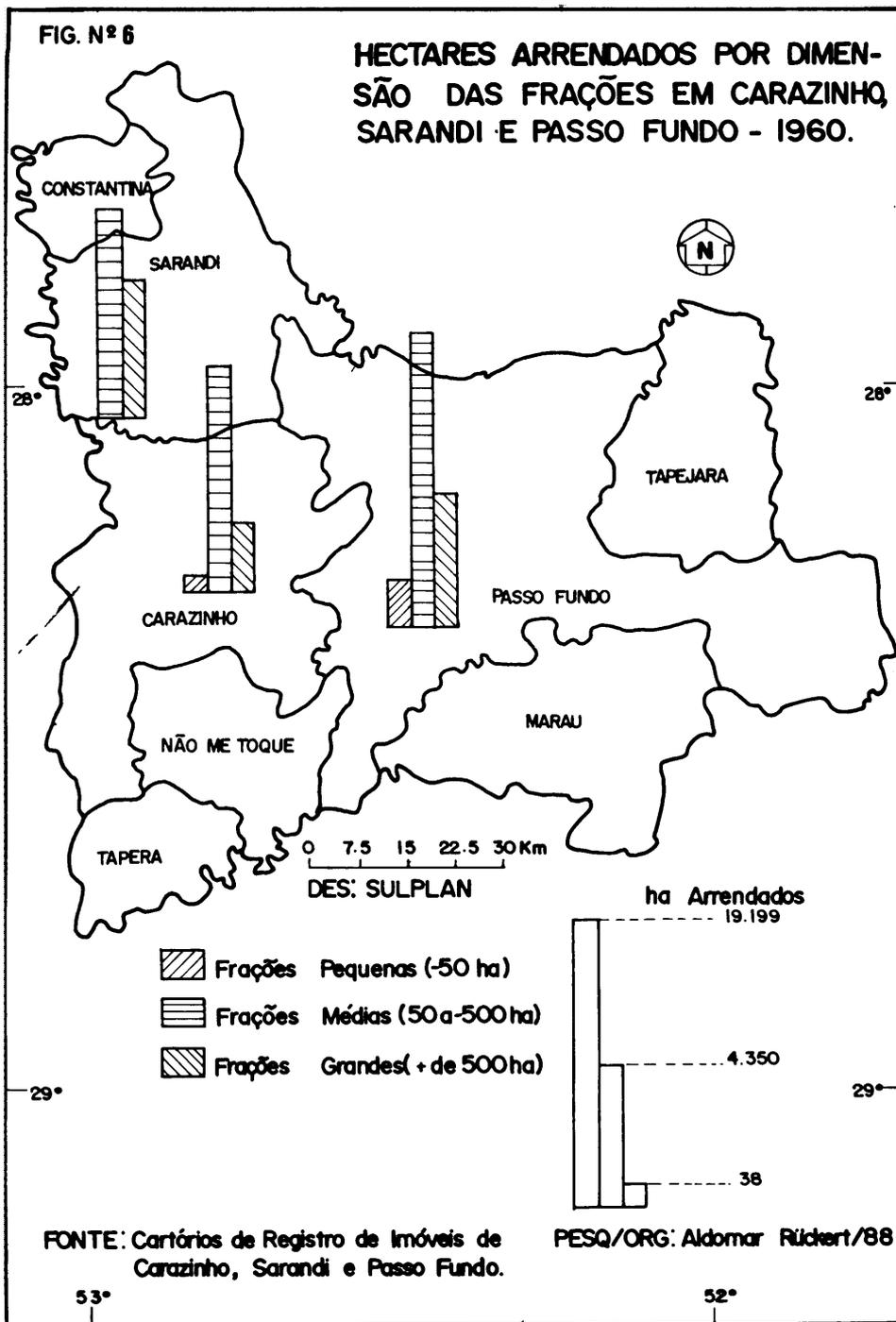
4.1 Os arrendamentos após 1967 e a sojicultura

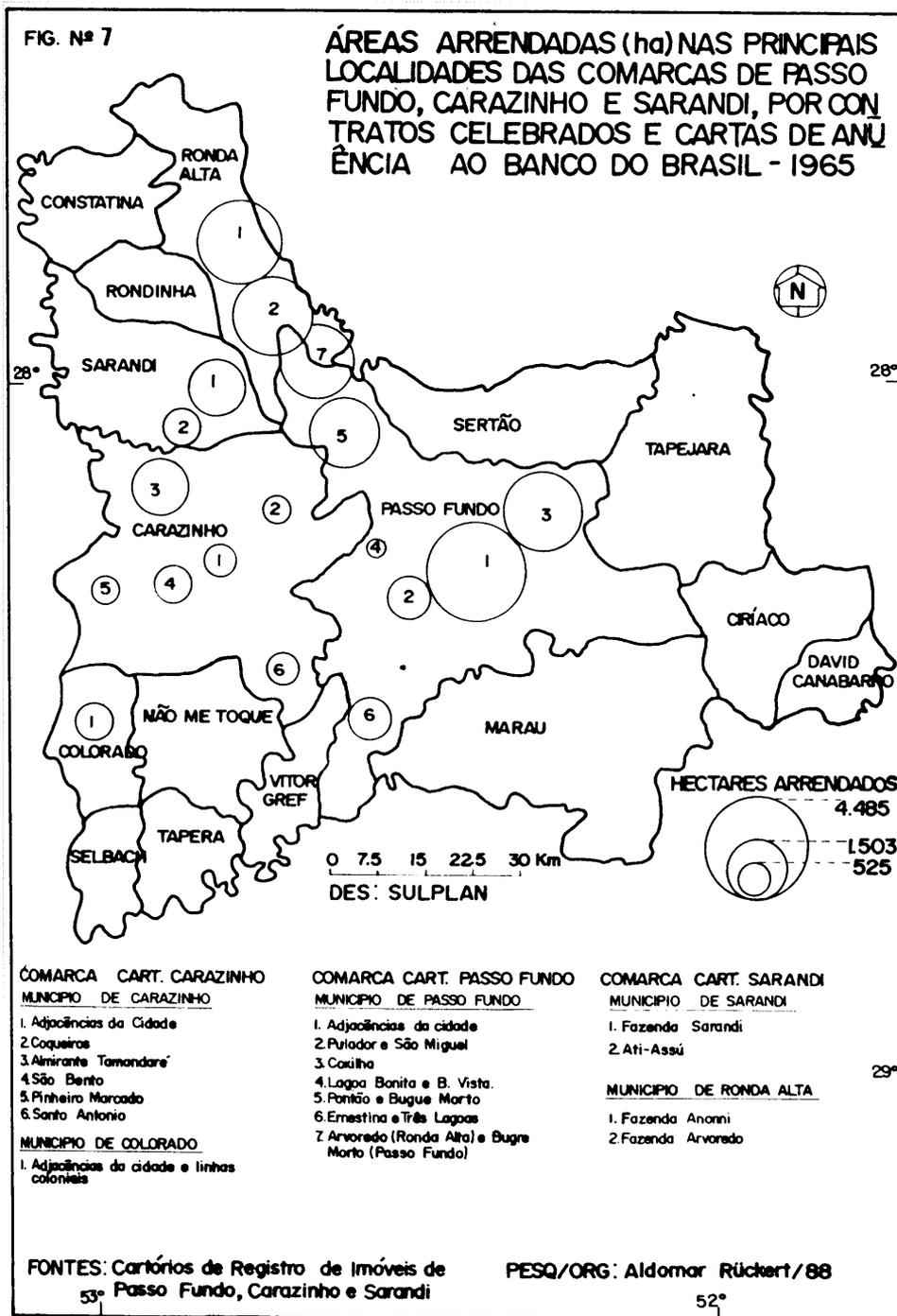
O período de 1967 em diante caracteriza-se pela internacionalização da economia no país. Além disso, a sojicultura caracteriza-se localmente pela consolidação dos empreendimentos capitalistas no campo, tanto pela expansão e pela posterior retração dos arrendamentos quanto pela metamorfose do capitalista arrendatário em capitalista proprietário fundiário.

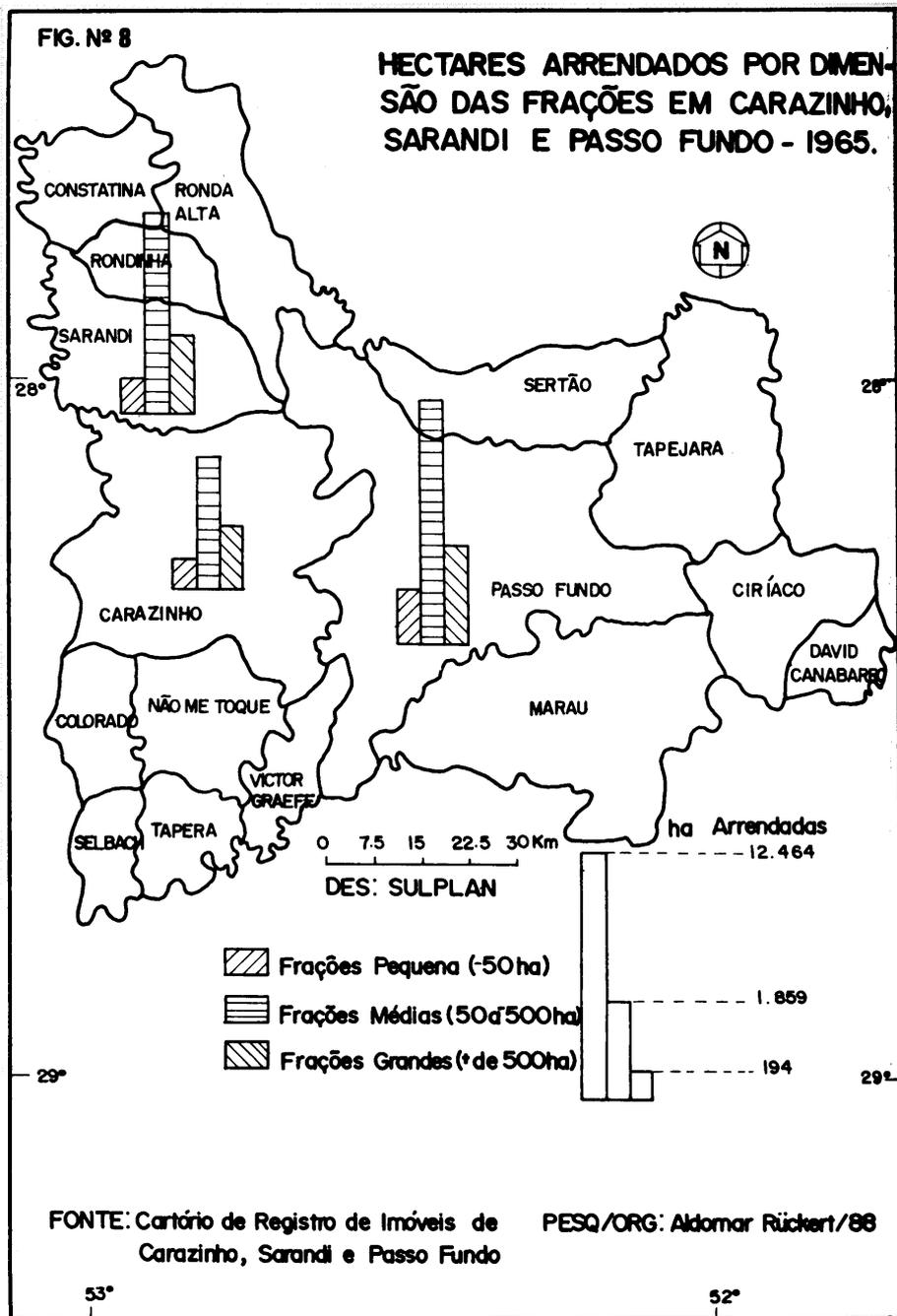
Conforme o IBGE, já citado (tab. 1), em 1950 a superfície onde ocorre o pagamento da renda da terra é de apenas 7,9%, considerando-se os estabelecimentos formados unicamente por terra arrendada. Em 1960 esse tipo de estabelecimento apresenta 10,6% da superfície agrícola total; em 1970, 13,4%; em 1980 apenas 10,5% (tab. 1). No entanto, considerando-se todos os tipos de estabelecimentos onde ocorre o pagamento de renda da terra (estabelecimentos com terras somente arrendadas; próprias e arrendadas; arrendadas e ocupadas) tem-se, em 1950, 11,2% da superfície agrícola da área de pesquisa; em 1960, 16,5%; em 1970, 22,6% e, em 1980, 29,01% (tab. 1). A elevação da superfície com arrendamentos, na década de 70, ocorre basicamente nos estabelecimentos de condição legal mista, i.é, próprias e arrendadas. Isso pode evidenciar tanto empreendimentos de capitalistas arrendatários que passaram a compor seus estabelecimentos com glebas próprias, quanto o aumento do número de camponeses enriquecidos.

A prática de arrendamento de terras para aumentar a superfície de estabelecimentos pequenos é comum entre camponeses, principalmente entre aqueles que passam a enriquecer. Mas, as terras unicamente arrendadas, típicas da década de 70, do empreendimento capitalista, diminuem consideravelmente em superfície. De 1970 para 1980, a diminuição da área de estabelecimentos formados unicamente por terras arrendadas é de 23,5% (tab. 1). Isso é um indicador de que os capitalistas arrendatários, mais fortes economicamente do que os camponeses que também arrendam terras, passam a abandonar a prática do arrendamento e a comprar glebas a partir, principalmente, de meados da década de 70.

A retomada dos arrendamentos, após o fim da crise da triticultura em 1965-1966, é muito forte. A partir de 1968, o incremento ao cultivo de soja é bastante forte, por parte do Estado, na medida em que expande-se o capital monopolista na área da oleaginosa. A procura por terras aumenta em muito a partir de então, tanto para arrendamento quanto para a compra pelos capitalistas triticultores que já se







havam consolidado. Os dados cartoriais evidenciam o crescimento do arrendamento de terras a partir da segunda metade da década de 60 em todas as dimensões disponíveis, mas, mais intensamente, nas frações médias e grandes.

O incentivo para o cultivo da soja é bastante evidente uma vez que, ao nível de mercado interno, processa-se a industrialização da oleaginosa para substituir a gordura animal. Além disso, os mesmos grupos transacionais atuam na esfera da circulação, articulando a exportação da oleaginosa para a Europa. Esse processo torna-se nítido na década de 70, quando as cooperativas tritícolas imprimem um novo ritmo à economia agrícola, apoiando todo o processo produtivo e de circulação da soja, tornando-se, assim, um elo forte entre os interesses do capital monopolista e do Estado. A procura por terras aumenta muito, tanto para arrendamento quanto para compra pelos capitalistas triticultores que já se haviam consolidado. Os dados cartoriais evidenciam o crescimento do arrendamento de terras, desta vez em todas as dimensões disponíveis, mas mais intensamente nas frações médias e grandes.

O arrendamento tem uma característica de estreita relação entre a condição dos arrendatários e a utilização de maquinários e insumos. Essa relação é apontada por levantamento do uso de tecnologia por parte dos arrendatários, no Censo Agropecuário de 1975. Entre 1960-75, a agricultura brasileira desenvolve-se capitalisticamente com emprego de tecnologia e mudanças nas relações de trabalho (GUSMÃO, 1984: 74).

A soja, cultivada em sistema de arrendamento no Rio Grande do Sul, reúne o maior número de produtores arrendatários (8.023 em 1975 - 34,57% do número total de arrendatários) no estado, cobrindo uma área total de 424.593 ha, em áreas médias de 52,9 ha. Os arrendatários que desenvolvem uma agricultura com características tipicamente capitalistas estão concentrados, sobretudo, nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo e vinculados, principalmente, às lavouras de arroz e soja, cultivadas em unidades de tamanho médio, em moldes capitalistas, com adoção de tecnologia e insumos modernos (GUSMÃO, 1984:75).

A estreita relação entre a condição de arrendatários e o uso de maquinário e insumos, no Censo de 1975, demonstrado para os estados por Gusmão, evidencia a presença significativa dos arrendatários no estado do Rio Grande do Sul, em relação às demais unidades da federação, para aquele ano. O cultivo da oleaginosa, por sua vez, ao reunir o maior número de arrendatários, evidencia a importância do arrendamento no estado e na área de pesquisa. Daí porque se enfatiza que a área de pesquisa é efetivamente uma exceção à regra brasileira, no que diz respeito às relações entre os personagens sociais - capitalistas e proprietários fundiários.

Em que pese a evidência das relações de classe em torno da terra, é importante considerar-se que a renda capitalista da terra não se destina unicamente aos proprietários de terras. Os dados para o Brasil, de despesas com arrendamentos de terras; juros e despesas bancárias, impostos e taxas etc, chegam, no Censo de 1975, a 15,2% do total das despesas. Isso representa um percentual relativamente considerável de riqueza produzida que toma rumo dos bancos, proprietários de terras e aparelhos do Estado (OLIVEIRA, 1981: 16).

No que diz respeito à drenagem da renda fundiária, seja capitalista ou pré-capitalista, há diferenças quanto ao destino de pagamento da renda. Os estabelecimentos de até 20 ha - via de regra não capitalistas -, conforme o Censo de 1975, são os que têm os mais pesados ônus de pagamento de renda da terra, enquanto os estabelecimentos acima de 20 ha são os maiores tomadores de dinheiro bancário. Esses ficam com uma maior participação percentual de transferência de renda para os bancos. O processo de expansão do capitalismo monopolista no Brasil tem sido feito não só pela sujeição da agricultura à indústria, através da transformação desta em consumidora dos produtos industriais, mas também através do tributo que os rendistas cobram à agricultura (OLIVEIRA, 1981: 17).

A soja, após a associação com o cultivo de trigo, após 1967-68 - com preços relativamente compensadores e, então, com possibilidades de exportação, além da implantação das indústrias trituradoras, tendo em vista a indução, pelas corporações transnacionais, da mudança de hábitos alimentares da população - faz com que a área cultivada, somente no Rio Grande do Sul passe de 104 mil, em 1959, para 413 mil em 1966 (GRZYBOWSKI, 1977:25-36).

Do ponto de vista econômico, conforme ainda o mesmo autor, a depreciação das máquinas e a renda fundiária passa, então, a se distribuir em duas culturas, baixando o custo de produção de cada uma delas. Os arrendamentos de áreas para cultivo de trigo, especialmente de áreas anteriormente dedicadas à pecuária extensiva, continuam a se expandir. Na safra de 1962-63, no Rio Grande do Sul, 82 mil ha da área de trigo são arrendadas. Em 1970-71, a área arrendada passa a 536 mil hectares (GRZYBOWSKI, 1977: 25-36).

Na safra de trigo 1970-71, na área de pesquisa, a superfície cultivada com trigo é em torno de 500% maior do que a safra 1964/65. No entanto, constata-se um aumento relativo de 26% de superfície cultivada em terra própria, bem como uma diminuição, na mesma proporção, relativa da superfície arrendada. Isso evidencia que o cultivo do trigo aumenta, no período, mais em terras próprias do que em arrendadas. Essa evidência significa que os arrendatários de áreas médias tornaram-

se proprietários de terras, significando, ainda, uma adesão maior ao cultivo de trigo pelos camponeses pequenos proprietários.

Tabela 7 - Superfície cultivada (ha), conforme a posse da terra e o uso de financiamento, no cultivo de trigo na área de pesquisa, em 1970/71

Total ha	Terra Arrendada	Terra Própria	Com uso de financiamento	Sem uso de financiamento
251.897,6	76.236,7	175.660,9	192.521,9	59.371,7

Fonte: Ministério da Agricultura. CCLEF. **Trigo Nacional**. 1970/71:04/30-71

Tabela 8 - Número de lavouras de trigo, conforme a posse da terra e o uso de financiamento, na área de pesquisa, em 1970/71

Total há	Terra Arrendada	Terra Própria	Com uso de financiamento	Sem uso de financiamento
9.406	1.847	7.559	3.450	5.763

Fonte: Ministério da Agricultura. CCLEF. **Trigo Nacional**. 1970/71:02/30-71

Conforme as tabelas 7 e 8, na safra de 1970-71, menos da metade (37%) do número de lavouras é financiada. A área financiada, porém, ocorre para quase toda a superfície cultivada (77%). Isto evidencia, por um lado, o uso intensivo do crédito subsidiado pelos capitalistas, predominantemente nas áreas médias e, por outro, o plantio de trigo, sem crédito, em unidades familiares, em apenas 23% da superfície cultivada.

4.2 O arrendamento das frações pequenas: novos rumos da terra camponesa

Conforme os dados cartoriais, obtidos para os anos entre 1970 a 1985, a ocorrência de arrendamentos diminui nas áreas médias. A frequência das frações médias arrendadas diminui da casa dos 80% (tabs. 2, 4 e 5), entre 1955-1965, para 56 a 60%, nos anos entre 1970 e 1985 (tabs. 9, 10, 11 e 12). Isso torna-se mais significativo, à medida que se percebe o crescimento proporcional, entre 1955 e 1980, do arrendamento de frações pequenas. Estas variam sua participação em 1% da área arrendada em 1960, por exemplo, em Passo Fundo, Carazinho e Sarandi, até atingir 22% do total da área arrendada, no ano de 1980. Ambas as constatações são muito significativas, pois evidenciam tanto a compra de terras, anteriormente

arrendadas, quanto o avanço do arrendamento capitalista sobre lotes coloniais ou pequenas posses de campos.

Tabela 9 - Frequência quinquenal de frações arrendadas (ha) em Passo Fundo, Carazinho e Sarandi, 1970

Dimensão da Fração	No. de ha			Total	
	Passo Fundo	Carazinho	Sarandi	no.	%
Pequena	9.469	370	46	9.885	12,21
Média	19.934	16.449	9.023	45.406	56,10
Grande	12.596	4.910	8.140	25.646	31,68
Total	41.999	21.729	17.209	80.937	100,00

Fonte: Cartórios de Registros de Imóveis de Passo Fundo, Carazinho e Sarandi

Tabela 10 - Frequência quinquenal de frações arrendadas (ha) em Passo Fundo, Carazinho e Sarandi, 1975

Dimensão da Fração	No. de ha			Total	
	Passo Fundo	Carazinho	Sarandi	no.	%
Pequena	955	705	114	1.774	20,30
Média	3.242	1.343	325	4.910	56,29
Grande	781	560	697	2.038	23,36
Total	4.978	2.608	1.136	8.722	100,00

Fonte: Cartórios de Registros de Imóveis de Passo Fundo, Carazinho e Sarandi

Tabela 11 - Frequência quinquenal de frações arrendadas (ha) em Passo Fundo, Carazinho e Sarandi, 1980

Dimensão da Fração	No. de ha			Total	
	Passo Fundo	Carazinho	Sarandi	no.	%
Pequena	989	1.233	-	2.222	22,65
Média	3.073	2.807	-	5.880	60,00
Grande	1.204	505	-	1.709	17,41
Total	5.266	4.545	-	9.811	100,00

Fonte: Cartórios de Registros de Imóveis de Passo Fundo, Carazinho e Sarandi

- Dado inexistente na fonte.

Tabela 12 - Frequência quinquenal de frações arrendadas (ha) em Passo Fundo, Carazinho e Sarandi, 1985

Dimensão da Fração	No. de ha			Total no.	%
	Passo Fundo	Carazinho	Sarandi		
Pequena	513	273	-	786	10,47
Média	2.885	1.479	-	4.364	58,17
Grande	2.352	*	-	2.352	31,35
Total	5.750	1.753	-	7.502	100,00

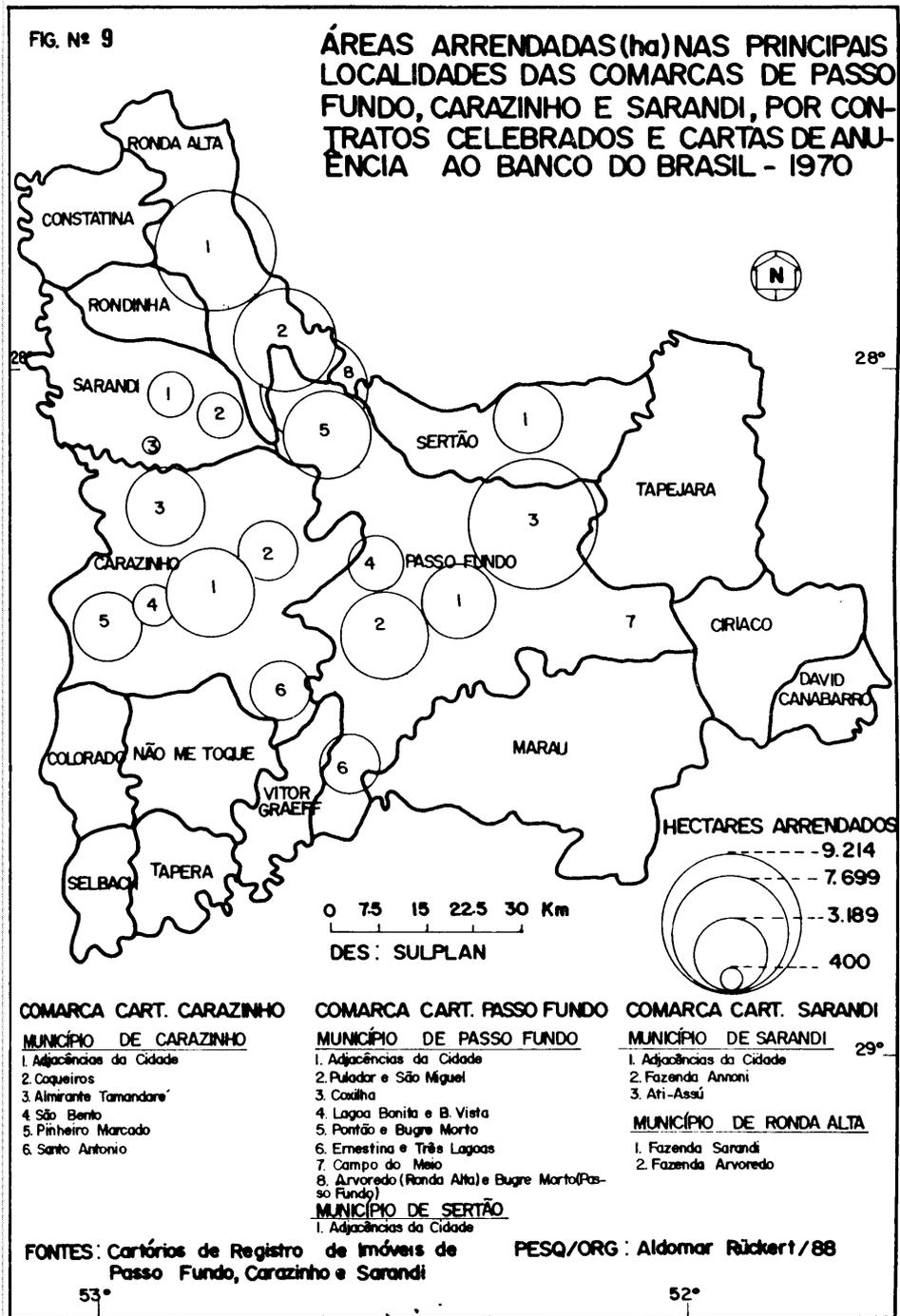
Fonte: Cartórios de Registros de Imóveis de Passo Fundo, Carazinho e Sarandi

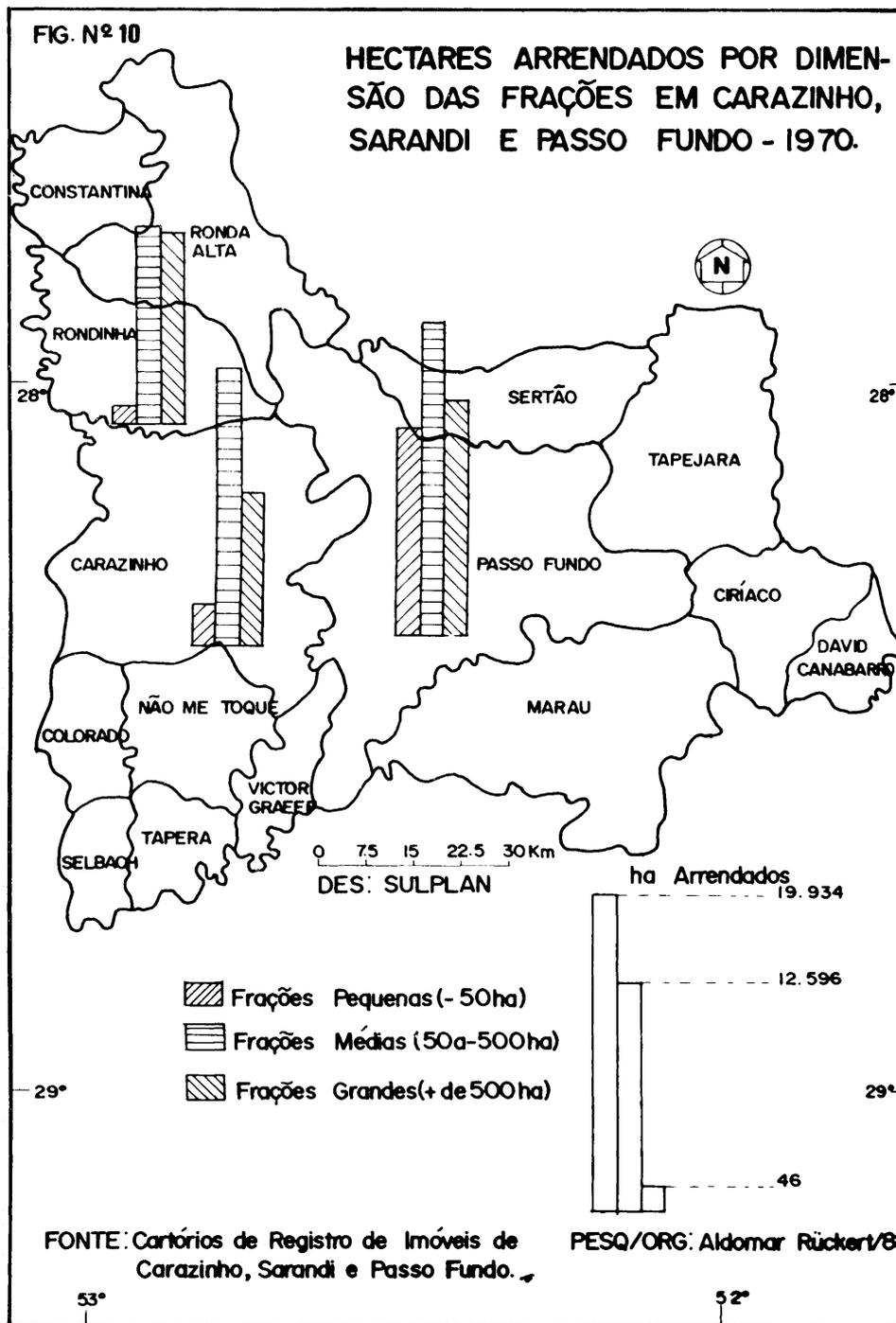
- Dado inexistente na fonte.

* Não houve ocorrência do fenômeno.

Os arrendamentos, ampliados em 1970 para o cultivo de soja, têm aumentos consideráveis nos campos (onde já se pratica, então, tal forma de uso e posse da terra) e nas terras camponesas - lotes coloniais, pequenas posses e glebas loteadas em projetos de reforma agrária. São exemplos principais os campos de Coxilha, Pontão, Bugre Morto, Lagoa Bonita, Bela Vista e Arvoredo em Passo Fundo. Em Carazinho, os campos adjacentes à cidade, São Bento, Pinheiro Mercado e Coqueiros. Em Sarandi, a Fazenda Sarandi e a Fazenda Annoni. São principais exemplos das colônias e pequenas posses os arredores de Sertão, a colônia Ati-Açú, em Sarandi; as colônias Almirante Tamandaré, Santo Antônio e Ernestina. As evidências das principais localizações das terras arrendadas (ver figs 8 e 9), além de demonstrarem, basicamente, a transformação dos campos de pecuária em terra de negócio entre capitalistas arrendatários e proprietários fundiários, demonstra, ainda, dois aspectos fundamentais. O primeiro deles é que envolve diretamente a terra de negócio e a terra de trabalho camponês. O desenrolar dos fatos, na área do projeto de reforma agrária da Fazenda Sarandi, evidencia que justamente neste território é que a prática do arrendamento é muito intensa. Isto demonstra a transformação destas terras, destinadas ao trabalho familiar, em terras de reserva de valor e de extração da renda fundiária pelos compradores dos lotes, principalmente capitalistas arrendatários.

O segundo aspecto é que, comprovadamente, a Fazenda Annoni, desapropriada pelo INCRA em 1972, é historicamente terra de negócio, tanto no sentido capitalista do assalariamento, quanto do arrendamento. Essas práticas vêm desde o início dos empreendimentos capitalistas na triticultura por arrendatários. Terra de exploração do trabalho assalariado, quer pelos próprios proprietários, quer por arrendatários; terra de geração de renda fundiária por safras de trigo e soja e terra de auferição da renda capitalizada da terra, por colonização, a fazenda é, além disso, território de





conflitos camponeses em luta por acesso à terra para o trabalho familiar. Eles emergem após 1972 e tendem a consolidar o território de reconstrução camponesa, a partir da segunda metade da década de 80, com as ocupações para a efetivação de reforma agrária.

Cabe ressaltar, ainda, que as fazendas dos municípios de Sarandi e Ronda Alta continuam, no início da década de 70, a serem ocupadas, através do arrendamento, por capitalistas provenientes de Passo Fundo e Carazinho. Isso evidencia, que nestes dois municípios, residem tradicionalmente os capitalistas arrendatários que, com a expansão e consolidação de seus empreendimentos, tornam-se capitalistas proprietários fundiários. Isso faz com que esses dois municípios sejam sedes de capitalistas com uma dinâmica capaz de extrapolar seus municípios, sua região no estado e o próprio estado, quando passam a transferir seus capitais para o Centro-Oeste, na segunda metade da década de 70.

5 AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DO ARRENDAMENTO E SEU DECLÍNIO

A observação dos prazos dos contratos de arrendamento, entre 1955 e 1988, nos empreendimentos capitalistas de trigo e soja, evidencia que a maior incidência dos mesmos é de cinco anos. Secundariamente, emergem os prazos curtos. Os proprietários fundiários, com o desenvolvimento da produção capitalista, procuram encurtar os prazos dos contratos para poderem elevar o preço da renda da terra anualmente.

Quanto à construção de benfeitorias e/ou manutenção das mesmas nas propriedades arrendadas, a regra predominante em Passo Fundo e Carazinho, entre 1955 e 1985, caracteriza-se pela permissão dos proprietários fundiários em retirar as mesmas. Os maiores proprietários fundiários, no entanto, exigem, em cláusulas contratuais, nos contratos examinados, que todas as benfeitorias (arame de cercas, casas de moradia e galpões) passem a pertencer a eles, em seu todo ou com pagamento de 50% do preço estipulado. Isso caracteriza um tipo de poder desses fazendeiros sobre os capitalistas: fazê-los incorporar capital fixo à propriedade, concorrendo, assim, para produzir o capital dos proprietários oligarcas.

As exigências mais severas, no entanto, são feitas com relação aos cuidados com o solo e as matas. Com o advento dos arrendamentos para a triticultura, passa-se a exigir as técnicas de preservação do solo, como o terraceamento (curvas de nível), adubação química ou verde (com feijão soja, feijão miúdo), calagem, etc..., proibindo-

se, também, as queimadas de campos. Essas exigências enfatizam, novamente, o poder econômico do proprietário fundiário, ao cobrar do capitalista, além do pagamento da renda da terra, o investimento de capital no solo, para que do mesmo possa cobrar a renda diferencial II⁵, sucessivamente mais alta.

As reduções dos prazos dos arrendamentos, principalmente na década de 70; as exigências dos proprietários fundiários quanto à incorporação de benfeitorias construídas pelos arrendatários à propriedade do solo, e, principalmente, o cuidado técnico e a incorporação de capital à terra contribuem para elevar os preços dos arrendamentos e o preço da terra de negócio no centro-norte. À medida que os proprietários fundiários tradicionais passam a obter investimentos através da calagem, adubação química, etc... ou a construção de caráter mais permanente como galpões e/ou casas para empregados, crescem as oportunidades de obterem maiores rendas, principalmente com a maior procura de terras na década de 70.

Frente à intensidade de busca de terras e à elevação dos preços da renda (que são constantes), a reação dos capitalistas arrendatários frente às altas exigências dos proprietários, após meados da década de 60, principalmente, é de adotar uma solução clássica no Brasil meridional: passam a migrar para outras terras de campo ditas novas, ainda não cultivadas e de renda barata. Desde esses anos, a agricultura capitalista ruma para o oeste, atingindo os campos de Cruz Alta, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Borja (PEBAYLE, 1971: 52). Forma semelhante de expansão do arrendamento capitalista é a que se dá, no sul do estado, com as lavouras capitalistas de arroz (BESKOW, 1986: 130).

Além dos benefícios que os proprietários fundiários passam a obter, eles logram utilizar-se, também, da força de trabalho e das máquinas dos capitalistas, para produzirem seu próprio capital. Os capitalistas passam a cedê-lo, como parte do pagamento da renda da terra, para executarem tarefas em partes não arrendadas das glebas ou em outras pertencentes ao mesmo proprietário, para preparar e efetuar cultivos e colheitas como a do trigo, ou para semear pastagens artificiais. A produção do capital dos proprietários, pelos capitalistas, através da sua força de trabalho assalariada, faz com que muitos pecuaristas tenham adotado a própria tricultura em

⁵ A renda da terra diferencial é produto do caráter capitalista da produção, pois resulta da concorrência entre os produtores. Ela só existe a partir do momento em que a terra é colocada para produzir.

A renda da terra diferencial apresenta-se sob duas formas : a renda diferencial I e II.

A renda diferencial I independe do capital aplicado na produção específica, pois suas causas são a diferença da fertilidade natural dos solos e a localização das terras.

A renda diferencial II decorre diretamente do investimento em capitais para melhorar a fertilidade natural da terra (OLIVEIRA, 1985:93-4).

determinados momentos e/ou pastagens artificiais, como forma de, também, aumentarem seus lucros. Isso é reforçado pelo próprio fato de que a fertilização química dos campos possibilita o surgimento da milhã que, se é parasita para a triticultura, seria forragem para a pecuária. Em Passo Fundo e Cruz Alta constata-se, no início da década de 70, as exigências de que as terras fossem restituídas aos proprietários com a pastagem artificial (milhã), o que lhes permite dobrar a carga de bovinos por unidade de superfície (PEBAYLE, 1971: 53).

No final da década de 60, o empreendimento capitalista, em função das altas exigências dos proprietários fundiários, torna-se uma forma pouco duradoura de ocupação do solo. O esgotamento acelerado dos solos leva os proprietários a cobrar mais para a prática da agricultura do que para a pecuária (PEBAYLE, 1971: 44-55).

Os pagamentos de renda em dinheiro, que caracterizam os primeiros anos do arrendamento capitalista, passam a ser considerados pouco rentáveis pelos proprietários fundiários. Esses passam a exigir que a renda seja paga com parte da produção (PEBAYLE, 1971: 52). Na própria década de 50, estipulam-se percentuais (10 a 12% do preço da venda do trigo ou de 30% do milho), o que faz os preços dos arrendamentos acompanharem tanto as oscilações do preço recebido pelas mercadorias produzidas quanto a própria inflação⁶. Um determinado percentual, pois, sobre o valor da venda ou sobre o volume físico das mercadorias produzidas, passa a regular o preço dos arrendamentos. Até 1965, a renda é paga após a venda do cultivo de trigo, uma vez por ano. Após 1965, o pagamento duas vezes por ano mostra-se mais evidente, posteriormente à realização das mercadorias de inverno e verão.

Como já foi anteriormente referido, o capital para subordinar a agricultura, precisa derrubar o obstáculo que a terra lhe impõe, através do pagamento da renda da terra, isto é, a licença do proprietário da terra para que possa usá-la. Com esse pagamento, o capital transforma a terra em mercadoria que adquire preço e que pode ser comprada, vendida ou alugada. Confunde-se, no entanto, a renda fundiária com o aluguel. Esse expressa a existência da renda territorial: é a manifestação exterior; é sinal da renda e não a própria renda (MARTINS, 1979:29p).

⁶ A mensuração do custo do arrendamento, através do quesito "Preço e condições de pagamento", contido no instrumento de coleta de informações, apontou, por exemplo, montantes avaliados em salário mínimos. Isto dificultou a mensuração devido à inflação. No entanto, para o período agrícola de maio a fevereiro de 1961, na consulta a contratos de financiamento agrícola da CREA-Banco do Brasil, o orçamento total de aplicação do crédito de custeio para formação de lavouras de trigo, apontou valores entre 7,1 e 8,5%, destinados ao pagamento do arrendamento.

Para que se entenda a dimensão oculta da renda da terra, deve-se entendê-la, vendo que a terra, através do proprietário, cobra renda da sociedade inteira. Essa renda não é nem mesmo produzida direta e exclusivamente na sua terra. Ela sai do bolso dos trabalhadores do campo e da cidade. Ela entra e sai do bolso do capitalista. Ela é paga por todos e por ninguém em particular. Ela é uma parte do trabalho expropriado de todos os trabalhadores da sociedade. A contradição fundamental e oculta é que a produção da riqueza é socializada pelo capital. A produção é social e sua apropriação é privada: o burguês e o proprietário da terra se apropriam dessa riqueza (MARTINS, 1979: 29p)

Os dados disponíveis acerca da manifestação exterior da renda são muito imprecisos nas fontes disponíveis. Mas, mesmo com exigüidade ou mesmo incoerência dos dados nas fontes, é possível chegar a alguns casos. Constata-se que, em Carazinho, por exemplo, entre maio de 1970 e maio de 1985, a elevação real do preço do arrendamento é em torno de 1000%, chegando-se a um aumento médio de 63% a.a, conforme demonstra a tabela 13.

É evidente que, no período de 15 anos, a conjuntura apresenta-se muito diferenciada, podendo haver anos com tendências altistas, principalmente logo após 1973, enquanto, em outros anos há relativas estagnações, considerando-se a tendência flutuante dos preços alcançados pela soja na bolsa de Chicago⁷.

Tabela 13 - Elevação real do preço do arrendamento de terra para agricultura de trigo-soja por ha/ano em Carazinho

Período observado	Elevação real no período (%)	Elevação anual (%)
maio/1970 a maio/1985	947	63 a.a.

Fonte: Cartório de Registro de Imóveis de Carazinho
Deflação efetuada com base no IGP - DI da FGV

O processo do arrendamento capitalista da terra, com a sua expansão nos anos 60 e 70 e declínio a partir de meados desta última década, transforma-se rapidamente. O arrendamento capitalista, na área de pesquisa, é a passagem histórica que faz com que os antigos proprietários de terras percam grande parte de

⁷ Segundo o FGV, entre dezembro de 1985 e junho de 1986, os aluguéis de terras no país são registrados em 65% a.a. nas lavouras, 85% nas explorações animais, e mais de 76% na estada ou engorda de animais (O INTERIOR, 24-30 jan 1987: 14). Em 1988, a FECOTRIGO atribuiu a remuneração ao fator terra, no Rio Grande do Sul, como sendo 12% para o milho; 15% para a soja e 15% para o trigo, sobre o valor da produção vendida (FECOTRIGO, 1988).

seu poder econômico e extra-econômico, dando lugar aos novos líderes do capitalismo no campo: os capitalistas que se metamorfoseiam em capitalistas proprietários fundiários.

A expansão do capitalismo no campo no centro-norte tem-se dado não só pela sujeição da agricultura à indústria, mas também através dos tributos que os proprietários rentistas cobram à agricultura. Uma vez estabelecidas as relações entre as classes dos proprietários fundiários, dos capitalistas e dos trabalhadores rurais, a renda da terra, o lucro e os salários representam a realização das mercadorias produzidas, capitalisticamente, nos antigos campos de pecuária e, mais recentemente, nos lotes coloniais.

As teses da esquerda, no final dos anos 50, de que o capitalismo no campo tenderia a criar as condições para a expropriação do latifúndio, com a exigência da reforma agrária, não vingam, haja vista que a concentração fundiária agrava-se com a consolidação dos empreendimentos capitalistas.

O fato de a terra antepor-se ao capital para cobrar-lhe uma renda (que, por sua vez, é paga pela sociedade inteira) encontra-se presente na produção capitalista no centro-norte. Mesmo com a compra de terras pelos capitalistas, essa irracionalidade não desaparece, pois a renda passa, então, a ser auferida pelos novos proprietário.

O processo do arrendamento capitalista da terra, com a sua expansão nos anos 70 e declínio, a partir de meados dessa referida década, tende a transformar-se rapidamente a partir desse momento. O arrendamento capitalista, no centro-norte, é a passagem histórica que faz com que os antigos proprietários de terras percam grande parte do seu poder, econômico e extra-econômico, dando lugar aos novos líderes locais do capitalismo no campo: os capitalistas arrendatários que se tornam capitalistas proprietários fundiários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, analisou-se o arrendamento na agricultura de trigo-soja no centro-norte do Rio Grande do Sul, como um dos elementos constitutivos do processo de territorialização dos capitalistas da agricultura.

O arrendamento das terras de campo, nos anos 40 a 60, e dos lotes coloniais e pequenas posses nas terras de mata nos anos 70 e 80, juntamente com outras condições aqui não analisadas (como o uso do assalariamento, as políticas públicas como o crédito, a tecnologia industrial para a agricultura, etc), é apenas uma parte inicial do citado processo de territorialização.

A hipótese formulada para investigação foi confirmada em quase toda a sua extensão. Alguns aspectos, no entanto, não foram aqui tratados, como, por exemplo, a origem espacial dos arrendatários - se provindos maiormente do próprio campo ou da cidade. O início do arrendamento corresponde, efetivamente, aos meados da década de 40, bem como sua expansão dá-se nos anos 50/60. Ambos os processos ocorrem durante a instalação do Estado burguês, quando o mercado interno e o nacional capitalismo encontravam-se em fase de organização. A expansão do arrendamento, nos anos 50/60, corresponde a uma das faces locais na busca da autonomia nacional da produção de petróleo, aço e trigo. A emergência da figura do arrendatário dá-se, pois, num contexto que privilegia a expansão de relações de trabalho assalariado em regiões, até então, distantes do mercado nacional.

Nos anos 70, por ocasião de uma conjuntura excepcional quanto às condições de crédito subsidiado e aos preços do mercado internacional, aceleraram-se as transformações do arrendamento. As terras de campo passaram a ser compradas em intensidade maior do que nos anos 50 e 60. Nos anos 80, o arrendamento declina, pois a maior parte das terras, outrora arrendadas, já se encontravam adquiridas pelos ex-arrendatários.

A terra camponesa passou, igualmente, para a esfera de influência dos capitalistas da agricultura, no que diz respeito ao arrendamento e, em seguida, à sua compra. Áreas destinadas a reforma agrária, por exemplo, como a Fazenda Sarandi, passaram a compor a renda capitalizada da agricultura.

Em vista disso, com o arrendamento das terras de campo, inicialmente, empreendedores capitalistas e proprietários fundiários caracterizam o território como uma exceção à regra geral no país. Inicialmente, capitalistas e proprietários de terras são dois personagens sociais distintos. A renda da terra passa, assim, para o centro do processo de expansão do capitalismo na agricultura no centro-norte. Como a renda da terra é um pagamento que não se destina diretamente à produção e à acumulação (o que é uma irracionalidade para o capital), o capitalista passa a adquirir as terras em que passou a produzir, ou outras glebas. Assim, ele próprio passa a reter a renda que a sociedade inteira paga, através dos preços dos produtos agrícolas.

A passagem, que vai do início / expansão do arrendamento, nos anos 50 / 60, às compras da terra agrícola, nos anos 70 / 80, corresponde às condições históricas que determinarão a metamorfose do capitalista arrendatário em capitalista proprietário fundiário, nas terras de cultivo de trigo-soja. A área desaparece como exceção no

país, tendendo para a regra geral: capitalista e proprietário fundiário passam a ser reunidos sob o mesmo personagem social.

O problema de pesquisa, aqui analisado, configura-se, nesse ponto de vista, como um dos mais significativos da expansão do capitalismo na agricultura de trigo-soja, por tratar-se das condições de acesso, por parte dos capitalistas da agricultura, à renda capitalizada da terra. As lavouras de soja, havendo ocorrido inicialmente no centro-norte do Rio Grande do Sul, ocupam atualmente vastas extensões no sul do estado, no norte do Paraná, no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Bahia etc. Tendo em vista a importância da própria economia exportadora de soja para o conjunto da economia brasileira, esta investigação, ao buscar captar uma das facetas da gênese desta agricultura capitalista, poderia, eventualmente, contribuir com investigações sócio-territoriais nas áreas contemporâneas da sojicultura no país.

BIBLIOGRAFIA

BESKOW, R.P. O Arrendamento Capitalista na Agricultura. São Paulo-Brasília, HUCITEC/CNPq, 1986. 220 p.

BRASIL. IBGE. Censo Agrícola. 1950.

Censo Agrícola. 1960.

Censo Agropecuário. 1970.

Censo Agropecuário. 1980.

Ministério da Agricultura-CCLEF.Trigo Nacional. Safra 1964/1965.

Ministério da Agricultura-CCLEF.Trigo Nacional. Safra 1970/1971.

CALABI, D. & INDOVINA, F. Sobre o Uso Capitalista do Território. *Archivio di Studi Urbani e Regionali*. s.l. 4(2), 1973.

FECOTRIGO. Custo de Produção, v.28, n.42, ago. 1988.

FREITAS, L.M. & NETO, A.D. O Trigo no Brasil. São Paulo, Instituto e Economia "Gastão Vidigal" / Associação Comercial de São Paulo, 1960. 175 p.

GRZYBOWSKI, C. O Trigo no Brasil. Notes du GEREI. Paris, INRA, n. 2, set 1977.

GUSMÃO, R.P. O Sistema de Arrendamento no Brasil e a sua Inserção no Processo de Capitalização da Agricultura In: *Geografia*, v.9, n. 17-18, p. 55-80, out. 1984.

FRANTZ, T.R. Les Granjas de Ble et Soja. Genese et Evolution d'un Group d'Agriculteurs Capitalistes sur le Plateau du Rio Grande do Sul, Bresil. Paris, Sorbonne, 1980.

IANNI, O. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 - 1970). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971. 316p.

- MARTINS, J.S. A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária. Rio Claro, UNESP, 2º ENGA, 1979. 29 p. (mimeo)
- MARX, K. O Capital. 4ª. ed. São Paulo, DIFEL, 1985. Livro III, v.6.
- "O INTERIOR", p.14, 24-30 jan. 1987.
- OLIVEIRA, A.U. Agricultura e Indústria no Brasil. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, AGB, n. 58, p. 5-64, set 1981.
- Renda da Terra Diferencial II. Orientação, n.6, p.101-104, nov. 1985.
- Renda da Terra Absoluta e Preço da Terra. Orientação, n.7, p.77-79; 83-86, dez. 1986.
- PEBAYLE, R. O Centro do Planalto Rio-Grandense: uma Região Rural em Mutação. Boletim Geográfico do RGS, n.14, p. 44-56, jan-dez 1971.
- SILVA, J.G. A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 192p.
- SINGER, P. Interpretação do Brasil: uma Experiência Histórica de Desenvolvimento In: História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. São Paulo, DIFEL, Boris Fausto (dir), 1984. p.209-45. t.3, v.4
- XAVIER, F.A. O Município de Passo Fundo Através do Tempo. Porto Alegre, Imprensa Oficial, 1957. 31p.

ABSTRACT

CAPITALIST RENT IN WHEAT-SOYBEAN AGRICULTURE IN THE RIO GRANDE DO SUL CENTER-NORTH

This article analyses the process of land incorporation, as capital equivalent - capitalized land rent -, to soybean and wheat farming. This process, conceptualized as the capitalist farmers territory increasing, is examined since the beginning of fields renting by capitalist farmers to traditional landowners in the forties and fifties until the aggravation of conditions and declining of renting in the eighties, when the capitalist landowner consolidates as a new social character.

Key-words: agriculture, economics geography, regional economy.